

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                        | <b>3</b>  |
| Título: Acordo retoma a negociação técnica em torno de Itaipu .....                         | 3         |
| <b>Título: Produção de petróleo vai crescer 40% em 5 anos, prevê ANP .....</b>              | <b>5</b>  |
| Título: A perigosa ilusão do aquecimento ótimo .....                                        | 6         |
| Título: Petrobras registra seu maior lucro trimestral da história .....                     | 9         |
| Título: Destaques .....                                                                     | 11        |
| Título: BR já inicia nova gestão e visa corte de custos.....                                | 12        |
| Título: Vale quer resolver demandas de Brumadinho neste ano .....                           | 14        |
| Título: Lucro da Lincoln Junqueira caiu 73% na safra passada .....                          | 15        |
| Título: Abengoa Bioenergia perde a proteção contra credores.....                            | 17        |
| Título: Petrobras e Vale lideram indicações para agosto.....                                | 18        |
| <b>Título: Fazenda promete atacar spread de forma intensa .....</b>                         | <b>20</b> |
| Título: Não queremos um advogado de Bolsonaro, diz opositor sobre Abdo .....                | 26        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                  | <b>28</b> |
| <b>Título: Bolsonaro dá sinal verde para privatização da Eletrobrás .....</b>               | <b>28</b> |
| Título: Assunto esteve em banho-maria .....                                                 | 29        |
| <b>Título: Modelo de garimpo tem de ser melhorado, diz secretário .....</b>                 | <b>29</b> |
| Título: Petrobrás vende negócios e vê lucro saltar 87% no trimestre para R\$ 18,9 bi .....  | 30        |
| Título: BR ficará mais parecida com concorrentes.....                                       | 32        |
| Título: Mitsui avalia de infraestrutura a hospitais no País.....                            | 33        |
| Título: Para salvar aliado paraguaio, Bolsonaro recua em acordo vantajoso sobre Itaipu..... | 34        |
| Título: Brasil lembra punição por derrubada de Lugo em 2012 .....                           | 36        |
| Título: ‘Pacto foi político’, reclama presidente de estatal paraguaia .....                 | 37        |

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                     | <b>39</b> |
| <b>Título: Bolsonaro dá sinal verde para a privatização da Eletrobras.....</b>              | <b>39</b> |
| Título: Paraguai cancela acordo com o Brasil, e impeachment esfria .....                    | 40        |
| Título: Opositor diz que Abdo Benítez atuou como advogado de Bolsonaro .....                | 42        |
| Título: Paraguios foram da tensão à calma em poucas horas .....                             | 43        |
| Título: ‘Conta pendurada’ de Itaipu deve subir a US\$ 130 milhões.....                      | 45        |
| <b>Título: Maioria dos brasileiros rejeita abrir mineração em terras indígenas .....</b>    | <b>46</b> |
| Título: Ministério Público apura atraso de 4 anos em obras de novo presídio no estado ..... | 48        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                               | <b>50</b> |
| <b>Título: Bolsonaro dá aval para privatização da Eletrobras.....</b>                       | <b>50</b> |
| Título: Caixa extra.....                                                                    | 51        |
| Título: Paraguai cancela acerto sobre Itaipú.....                                           | 53        |
| Título: Limites .....                                                                       | 55        |
| Título: Itamaraty alertou contra ‘quebra de ordem democrática’ .....                        | 55        |
| Título: Presidente do Paraguai sai enfraquecido da crise .....                              | 57        |
| Título: Brasil teve prejuízo de R\$ 1,5 bi, estima governo.....                             | 58        |
| Título: TENSÃO NA FRONTEIRA .....                                                           | 60        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                                    | <b>61</b> |
| Título: Liberação de dinheiro da Eletrobras traz recursos para a economia .....             | 61        |
| Título: Petrobras tem lucro recorde.....                                                    | 61        |
| <b>Título: Modelo para Eletrobras é aprovado.....</b>                                       | <b>63</b> |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 02/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt, Carla Araújo e Fabio Murakawa | De Brasília****Título: Acordo retoma a negociação técnica em torno de Itaipu**

Os governos do Brasil e do Paraguai decidiram reabrir as negociações sobre a comercialização da energia de Itaipu Binacional. Documento nesse sentido foi assinado ontem, em Assunção, após encontro dos dois países.

A negociação se dará no âmbito técnico. As autoridades diplomáticas decidiram retomar a discussão técnica após a discordância de representantes do lado paraguaio que serviu estopim para a crise política no país vizinho.

Uma nova ata bilateral foi elaborada ontem. Da parte do Brasil, foi assinada pelo embaixador no Paraguai, Carlos Alberto Simas. No documento, ao qual o **Valor** teve acesso, o governo paraguaio oficializou que, em "decisão unilateral e soberana", tornou "sem efeito" o compromisso anterior, assinado na ata bilateral de 24 de maio de 2019.

A ata anterior estabelecia um cronograma para que o Paraguai, gradualmente, voltasse a declarar sua demanda atrelada à energia "garantida". Nos últimos anos, o país vizinho vinha se beneficiando em adquirir montantes da "energia excedente", bem mais barata.

O Paraguai tem apresentado na declaração anual um volume de energia inferior ao que efetivamente tem consumido no abastecimento do país. Daí, os paraguaios compravam uma energia excedente para suprir a demanda real, se beneficiando da diferença de tarifa.

Para corrigir a distorção, os ministérios das Relações Exteriores dos dois países fecharam o compromisso que resultou em crise política no Paraguai. O Legislativo local passou a ameaçar o presidente Mario Abdo Benítez com um processo de impeachment.

O pano de fundo da crise, gerada a partir do acordo assinado em maio, envolve a diferença de aproximadamente US\$ 250 milhões - quase R\$ 1 bilhão, pela taxa de câmbio atual - entre o volume de compra declarado anualmente pelo Paraguai e o que é efetivamente consumido pelo país vizinho. O valor do acordo, que provocou demissões na cúpula do governo paraguaio e colocou em risco o cargo do presidente, seria revertido aos consumidores brasileiros no período entre 2019 a 2022.

Agora as discussões se darão entre as estatais de cada país, Eletrobras e Ande, além da própria Itaipu Binacional, que administra a usina. No documento os dois países admitem que "a falta de acordo sobre o cronograma de potência a ser contratada de Itaipu afeta negativamente o faturamento dos serviços de eletricidade da entidade binacional". Diante disso, eles destacam "a importância de encontrar uma solução para o problema no curto prazo".

Ontem o diretor-geral brasileiro de Itaipu, Joaquim Silva e Luna, disse ao **Valor** que, no "nível político", a crise envolvendo o acordo entre Brasil e Paraguai sobre Itaipu está "superada". "Houve bom senso das partes e agora discussão voltará para a área técnica."

Silva e Luna classificou como positiva a retomada das negociações pela própria hidrelétrica, que conta com gestão técnica. Para ele, há o propósito de manter a relação fraterna de anos entre os dois países. "Vamos dar uma solução no curto prazo", destacou.

A intenção de construir um "bom" acordo também foi manifestada pelo presidente Jair Bolsonaro. "Estamos trabalhando nesse sentido", afirmou ontem a jornalistas. Como as negociações "são reservadas", ele se eximiu de fazer mais comentários sobre o tema.

Questionado sobre as tratativas, o Itamaraty marcou posição em defesa na solução consensual em torno do assunto. "O Brasil e o Paraguai mantêm excelentes relações bilaterais e compartilham visões e objetivos estratégicos", informou, em nota.

No posicionamento, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil ressaltou que entre os benefícios econômicos da boa relação com o país vizinho está a previsão de construir duas pontes na fronteira, com recursos de Itaipu, e a negociação de um acordo automotivo. A pasta ainda destacou os ganhos com a cooperação no combate ao crime organizado transnacional e o "realinhamento" do Mercosul aos seus "propósitos originais", como a valorização do livre-comércio, democracia e maior ambição externa nas negociações comerciais.

O ministro da Secretaria-Geral, Jorge Oliveira, disse que, com o aval de Bolsonaro, o Brasil aceitou a decisão do Paraguai de romper com o compromisso anterior. Para ele, a decisão representa uma demonstração de apoio ao governante do país vizinho. "Há uma simetria de cláusulas que a gente tem que respeitar. Isso é um trato que envolve não só direito internacional, mas direito dos dois países", defendeu. O assunto ainda será analisado pelo Palácio do Planalto.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 02/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Produção de petróleo vai crescer 40% em 5 anos, prevê ANP**

A produção de petróleo no Brasil deve passar dos atuais 2,7 milhões de barris diários para 3,756 milhões de barris diários em 2023, de acordo com projeções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para o mesmo horizonte, a autarquia prevê que a produção de gás natural passe dos atuais 118 milhões de metros cúbicos/dia para 167,6 milhões de metros cúbicos/dia.

Os dados foram divulgados ontem, junto com as previsões sobre atividades de desenvolvimento e produção de petróleo e gás para os próximos cinco anos.

A ANP, por exemplo, estima que serão necessários R\$ 17,4 bilhões de investimentos em novas unidades de produção petrolífera nos próximos cinco anos.

Ontem também a diretoria da ANP aprovou o edital e os modelos de contratos do leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa, previsto para 6 de novembro. Segundo a autarquia, os documentos serão submetidos à aprovação do **Ministério de Minas e Energia** e, posteriormente, do Tribunal de Contas da União (TCU). A previsão é que a versão final seja publicada em 6 de setembro.

Com relação aos valores de combustíveis no país, o diretor de Planejamento Estratégico e Mercado da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (Plural), Helvio Rebeschini, disse que os valores corrigidos pela Petrobras nas refinarias afetam apenas uma parcela dos preços desses produtos cobrados nas distribuidoras e postos revendedores.

A Petrobras anunciou na quarta-feira reajuste de 3,75% do preço médio do diesel e de 4% do preço médio da gasolina nas refinarias. Os novos valores entraram em vigor ontem.

Rebeschini, no entanto, explicou que o diesel fornecido pela Petrobras responde por cerca de 50% do preço final do produto comercializado nos postos de combustíveis. No caso da gasolina, essa fatia cai para algo entre 30% e 33%.

"Isso é uma questão matemática. Se baixar 5% [o preço na refinaria], o percentual que vai cair [nos postos] não é 5%", disse ao **Valor**.

Ele destacou ainda haver forte competição na distribuição e revenda, o que impede o repasse integral do reajuste nas refinarias.

Levantamento feito pela Plural indicou que, do início do ano até 20 de julho, o preço médio da gasolina nas refinarias avançou 10,3%, enquanto o valor na bomba cresceu apenas 0,2%. No caso do diesel, o preço na refinaria aumentou 14,2%, enquanto o valor na bomba avançou 3%.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Opinião

**Autor:** Adair Turner

**Título:** A perigosa ilusão do aquecimento ótimo

O Reino Unido está agora legalmente comprometido em reduzir as emissões líquidas de gases do efeito-estufa a zero até 2050. Os opositores do Parlamento defenderam a realização de uma análise de custo-benefício mais detalhada antes de assumir tal compromisso; e o economista laureado com o Prêmio Nobel, William Nordhaus, argumenta que essa análise mostra um ritmo ótimo de redução muito mais lento.

O Acordo de Paris sobre o clima tem como meta limitar o aquecimento global para "níveis bem inferiores a 2°C" acima dos patamares pré-industriais, enquanto o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática recomendou em 2018 que o aumento seja limitado a 1,5°C. Por seu lado, o modelo de Nordhaus sugere limitar o aquecimento a 3,5°C até 2100. Se esse for o objetivo, a emissão líquida zero de gases do efeito-estufa seria aceitável muito depois de 2050.

Mas a posição de Nordhaus representa uma aplicação equivocada de um conjunto sofisticado de modelos à tomada de decisões sob extrema incerteza. As conclusões de Nordhaus dependem, decisivamente, dos pressupostos relativos aos danos adicionais decorrentes da aceitação de 3,5°C em vez de 2°C de aquecimento global.

Para alguns tipos de impacto sobre o clima, podem ser feitas estimativas quantitativas. Na medida em que a Terra se aquece, o rendimento da lavoura vai aumentar em algumas partes mais frias do mundo e diminuir em regiões

mais quentes. Qualquer estimativa do impacto econômico líquido está sujeito a amplas margens de erro, e seria absurdo imaginar que os benefícios verificados em uma região seriam transferidos para outras que foram prejudicadas, mas, pelo menos, a utilização de modelos pode nos ajudar a refletir sobre a possível escala desses efeitos.

Mas é impossível avaliar por meio de modelos muitos dos riscos mais importantes. O aquecimento global vai produzir mudanças relevantes dos ciclos hidrológicos, tanto com precipitações mais extremas quanto com secas mais graves e mais longas. Isso terá fortes efeitos adversos sobre a agricultura e os meios de vida em determinadas localidades, mas os modelos climáticos não conseguem nos dizer com antecedência precisamente onde os efeitos regionais serão mais severos. Os efeitos iniciais adversos, por sua vez, poderão gerar instabilidade política autorreforçada e tentativas de migração em grande escala.

Fazer de conta que conseguimos calcular por meio de modelos esses efeitos de primeira e segunda rodadas com algum grau de precisão é uma ilusão. Tampouco as evidências empíricas da história da humanidade constituem qualquer orientação proveitosa sobre como lidar com um mundo que se aqueceu até o nível supostamente ótimo de Nordhaus. Afinal, um aquecimento de 3,5°C acima dos níveis pré-industriais nos levaria a temperaturas globais nunca vistas há mais de 2 milhões de anos.

***Evidências empíricas da história da humanidade não dão qualquer orientação sobre como lidar com um mundo que se aqueceu até o nível supostamente ótimo de Nordhaus. 3,5°C acima dos níveis pré-industriais levaria a temperaturas globais nunca vistas há mais de 2 milhões de anos***

Estimativas dos impactos adversos resultantes do uso de modelos são incapazes, além disso, de captar o risco de o aquecimento global poder ser autorreforçado, criando um relevante risco de ameaças catastróficas à vida humana na Terra. As recentes tendências de temperatura do Ártico confirmam as previsões de modelo climático de que o aquecimento será maior em latitudes elevadas. Se isso produzir o derretimento de grande escala do permafrost (a camada de terra congelada), enormes quantidades de gás metano capturadas serão liberadas, fazendo com que a mudança climática se acelere.

Antes da crise financeira de 2008, muitos economistas, entre os quais alguns laureados com o Prêmio Nobel, acreditavam que modelos sofisticados de "valor sob risco" (VaR) tinham aumentado o grau de segurança do sistema financeiro

mundial. Alan Greenspan, o então presidente do Federal Reserve, estava entre eles. Em 2005, ele observou, de modo tranquilizador, que "a aplicação de métodos mais sofisticados para medir e gerenciar o risco" era um dos "principais fatores que sustentam a maior capacidade de absorção de choques das nossas maiores instituições financeiras".

Mas esses modelos não forneciam absolutamente qualquer advertência de desastre iminente. Ao contrário, iludiam dirigentes de bancos, presidentes de BCs e autoridades reguladoras, ao fazê-los acreditar, perigosamente, que os riscos poderiam ser antevistos, medidos e geridos com precisão. Os modelos VaR não conseguiam captar o perigo do colapso catastrófico resultante de espirais autorreforçadas de retroalimentação endógenas inerentes a um sistema complexo e potencialmente frágil. O mesmo ocorre com modelos supostamente sofisticados tidos como capazes de discernir o nível ótimo do aquecimento global.

Os custos econômicos de se alcançar a neutralidade em emissão de gases do efeito-estufa até meados do século também são incertos. Mas podemos estimar sua ordem de magnitude máxima com um grau muito maior de confiança do que o que dispomos para avaliar os custos dos efeitos adversos da mudança climática.

Alcançar uma economia com emissão zero exigirá um enorme aumento da utilização mundial de energia elétrica, a partir dos 23 mil terawatts (TW)/hora atuais para nada menos que 90 mil TW/hora até meados do século (1 terawatt = 1 trilhão de watts). Fornecer essa quantidade com emissão zero de gases do efeito-estufa exigirá investimentos gigantescos, mas, como demonstrou a Comissão de Transições Energéticas, essa é uma meta técnica, física e economicamente factível. Mesmo se todos esses 90 mil TW/hora forem fornecidos a partir de recursos solares, a área total necessária seria de apenas 1% da superfície terrestre do planeta. E, nos leilões competitivos de energia, as provedoras solares e eólicas já estão se comprometendo a gerar energia elétrica a preços próximos e, às vezes, inferiores, ao custo da energia gerada com a queima de combustíveis fósseis.

Considerados todos os setores econômicos, no entanto, fica claro que o custo total de reduzir a zero as emissões da economia mundial não pode ultrapassar, sob quaisquer circunstâncias, 1% a 2% do PIB mundial. Na verdade, os custos reais quase certamente serão muito mais baixos, porque a maioria dessas estimativas ignora a possibilidade de saltos de qualidade tecnológicos radicais, e

mantém estimativas conservadoras do tempo e da velocidade necessárias para reduzir o custo das principais tecnologias. Em 2010, a Agência Internacional de Energia (AIE) projetou queda de 70% dos custos dos equipamentos fotovoltaicos de captação de energia solar até 2030. A redução ocorreu em 2017.

Em vez de recorrer a modelos aparentemente sofisticados, a política pública para a mudança climática tem de refletir a avaliação em meio à incerteza. As tendências atuais constituem ameaça de impactos adversos relevantes, mas inerentemente imprevisíveis. Limitar o aquecimento global a níveis bem inferiores a 2°C custará, no máximo, de 1% a 2% do PIB, e esses custos vão se reduzir se sólidos compromissos para com a redução das emissões desencadearem efeitos de progressos tecnológicos e de curva de aprendizagem. Em vista dessas realidades, a meta de emissões zero até 2050 é uma meta economicamente racional. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

**Adair Turner, presidente da Comissão de Transições Energéticas, foi presidente do Departamento de Serviços Financeiros do Reino Unido.**

**Copyright: Project Syndicate.**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Ivan Ryngelblum e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo**

**Título: Petrobras registra seu maior lucro trimestral da história**

Impulsionada pela venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), a Petrobras registrou, no segundo trimestre, o seu maior lucro trimestral da história, no valor de R\$ 18,866 bilhões - o que representa uma alta de 87% frente a igual período do ano passado. O resultado positivo garantiu aos acionistas o recebimento de R\$ 2,6 bilhões, na forma de juros sobre o capital próprio antecipados.

A antecipação da distribuição, aprovada pelo conselho de administração em meio à expectativa da melhora do lucro para o exercício de 2019, equivale a R\$ 0,20 por ação ordinária e preferencial por circulação, superando os R\$ 0,10 por ação do trimestre anterior.

Excluídos os fatores não recorrentes e os efeitos da norma contábil IFRS 16, o lucro contábil da empresa foi de R\$ 5,2 bilhões. Ao todo, os itens não recorrentes somaram R\$ 20,8 bilhões no segundo trimestre. O montante inclui ganhos com vendas de ativos (R\$ 21,2 bilhões), como a TAG e a refinaria de

Pasadena, nos Estados Unidos; as perdas com contingências judiciais (R\$ 680 milhões) e os efeitos do programa de desligamento voluntário, de R\$ 336 milhões. O PDV, focado em aposentados e aposentáveis, contava com 1.560 adesões até o fim de julho, segundo a empresa

A Petrobras acumula, ao todo, desinvestimentos de US\$ 15 bilhões no ano, até o final de julho. Os ganhos do programa de venda de ativos compensaram as maiores variações cambiais negativas e o aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social - fruto do maior resultado antes de impostos e da baixa de ativos fiscais diferidos sobre parcela de provisões judiciais.

A receita de vendas da estatal somou R\$ 72,5 bilhões no trimestre, queda de 3% ante igual período de 2018. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), por sua vez, cresceu 8,6% no trimestre, para R\$ 32,6 bilhões, na mesma base de comparação.

Na mensagem enviada aos acionistas, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que o resultado do segundo trimestre foi beneficiado por fatores externos e por eventos não recorrentes, mas destacou que o endividamento da empresa ainda se mantém elevado. A petroleira fechou o trimestre com uma dívida bruta de US\$ 101 bilhões, queda de 4,7% ante março. Já a dívida líquida somou US\$ 83,6 bilhões, 12,4% menor em relação ao trimestre anterior, sobretudo devido aos desinvestimentos. A alavancagem da companhia, medida pela relação dívida líquida sobre Ebitda, caiu de 3,19 vezes no primeiro trimestre para 2,69 vezes, considerando o IFRS 16.

"A Petrobras se defronta ainda com alavancagem financeira excessiva para uma companhia produtora de commodities", afirmou o presidente da empresa.

Ele disse esperar, contudo, uma diminuição da dívida bruta no terceiro trimestre deste ano. Castello Branco acrescentou que os encargos financeiros consomem cerca de 40% do caixa operacional da companhia atualmente, "o que evidencia a necessidade de desinvestimentos para a redução do endividamento".

O executivo informou que tem a intenção de vender parcial ou totalmente a participação remanescente da Petrobras na BR Distribuidora. Depois da oferta secundária de ações detidas pela estatal na distribuidora, a petroleira mantém uma fatia de 37,5% do capital da BR. Ao todo, a companhia estima um ganho de R\$ 14,2 bilhões antes dos impostos como resultado da alienação de suas ações na distribuidora, em julho. O valor será reconhecido no balanço do terceiro trimestre.

Com relação ao plano de desinvestimentos na área de refino, o executivo lembrou que a empresa já lançou o primeiro pacote de venda de quatro refinarias (Repar, Rnest, Rlam, e Refap) e acrescentou que os "teasers" (alertas de venda) de outras quatro (Reman, Lubnor, Regap, SIX) serão lançados no próximo mês.

Ele reforçou, ainda, que a companhia está "firmemente" comprometida em sair "completamente" dos negócios de transporte e de distribuição de gás natural, concentrando-se apenas em exploração e produção do energético.

A Petrobras informou, ainda, que, "em benefício da transparência e da eficiência na alocação do capital", reduziu a previsão de investimentos para 2019, de US\$ 16 bilhões para um valor entre US\$ 10 bilhões e US\$ 11 bilhões. Ele ressaltou que esses valores não incluem eventuais montantes a serem investidos em leilões de blocos de petróleo e gás este ano. Segundo Castello Branco, o retorno sobre o capital empregado se situa até agora em torno de 8%, "o que evidencia a imperiosa necessidade de iniciativas para melhorar a alocação de capital".

A estatal encerrou o segundo trimestre com R\$ 68,39 bilhões em caixa, um montante 67,44% superior aos R\$ 40,84 bilhões do primeiro trimestre deste ano. Segundo a empresa, o segundo trimestre foi marcado pela entrada de recursos provenientes da geração operacional de caixa de R\$ 20,5 bilhões, com as captações de R\$ 1,9 bilhão e recebimento de R\$ 34,5 bilhões da venda de ativos.

"Esses recursos foram destinados ao pré-pagamentos de dívidas, a amortizações de principal e juros devidos no período e ao capex nas áreas de negócio", comunicou a companhia petrolífera no informe de resultados.

A empresa informou ontem, também, a criação de uma nova diretoria: a de transformação digital. Castello Branco explicou que a nova diretoria é "fundamental para a concentração de esforços para a modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, a coordenação e o aprofundamento de iniciativas para o emprego intensivo de inteligência artificial".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

## Privatização bilionária

A Eletrobras tem o potencial de chegar a um valor de mercado de até R\$ 133 bilhões se privatizada, avaliou relatório do J.P. Morgan. No entanto, o cenário considerado mais provável é o da capitalização. "Uma Eletrobras mais poderosa, lucrativa, e desalavancada poderá participar de leilões de geração e transmissão com muito poder de fogo", escreveram os analistas. Ainda assim, há dúvidas sobre quais investidores comprariam participações minoritárias em uma capitalização.

## Nexa reverte prejuízo

Após ter registrado prejuízo no segundo trimestre de 2018, a Nexa Resources, antiga Votorantim Metais, registrou no período de abril a junho deste ano um lucro atribuível aos seus acionistas de US\$ 20,4 milhões (US\$ 0,15 por ação). No ano passado, o resultado foi prejudicado por perdas cambiais em empréstimos feitos entre companhias. O resultado também reverte perda de US\$ 14 milhões do primeiro trimestre, graças ao aumento no volume de vendas e melhores margens no segmento de fundição.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho | Do Rio

**Título:** BR já inicia nova gestão e visa corte de custos

Uma semana após a Petrobras realizar a oferta secundária de suas ações na BR Distribuidora, o comando da empresa já iniciou a implementação de medidas para agilizar sua gestão e reduzir custos. Em suas primeiras declarações públicas depois da privatização da BR, o presidente da empresa, Rafael Grisolia, conta que a distribuidora prepara uma série de iniciativas para aumentar o seu nível de rentabilidade, nos próximos anos, e que já vem mantendo conversas com a Petrobras e demais investidores para apresentação dos nomes do novo conselho de administração nas próximas semanas.

Segundo o executivo, a BR espera convocar em até duas semanas a assembleia de acionistas que elegerá o novo conselho. Para Grisolia, o ideal é que o colegiado reúna membros com perfis variados de especialistas, com experiências em áreas como distribuição de combustíveis, finanças e contabilidade, estratégia, varejo e tecnologia.

"Os investidores estão muito participativos sugerindo nomes. A própria Petrobras também já trabalha nesse sentido, nas suas indicações", afirmou, durante teleconferência com analistas sobre os resultados do segundo trimestre. "Estamos muito ativos. Estou pessoalmente envolvido nisso", disse.

O **Valor** apurou que a Petrobras se comprometeu a destituir todos os membros indicados por ela e a apontar somente três das nove cadeiras do novo conselho, abrindo espaço para que os demais acionistas fiquem com os outros dois terços do colegiado. Alexandre Carneiro (ex-vice-presidente comercial da Shell América Latina) e Carolina Lacerda (ex- UBS e Merrill Lynch e conselheira da Hypermarcas) são alguns dos nomes cogitados pela petroleira. Questionado se a assembleia também discutirá mudanças no estatuto, Grisolia disse que a pauta é "basicamente" a eleição do novo conselho.

A proposta de valor da BR após a sua privatização, segundo ele, é implementar um pacote de dez medidas conjuntas para aumentar a sua rentabilidade. As iniciativas passam, dentre outras ações, pelo aumento na eficiência da precificação e das contratações até iniciativas como um novo planos de cargos e salários, com foco na remuneração variável, desinvestimentos de negócios não *core* e busca de alternativas de modelo de negócios para a área de conveniência.

"Nossa expectativa é que os anos de 2019 e 2020 sejam anos de execução. Estamos trabalhando cada vez mais para a entrega dessas iniciativas de forma conjunta e que a partir de 2021 comecemos a ver os resultados desse esforço que estaremos fazendo", disse Grisolia.

O diretor financeiro e relações com investidores, André Natal, diz que a empresa deixou de trabalhar imediatamente com licitações e que, em um mês, estará usando nova ferramenta de compras - até então utilizava o portal de contratações da Petrobras, o Petronect.

"De um lápis a um serviço complexo de engenharia, tudo isso passava por um processo de licitação complicado. De imediato colocamos para funcionar um processo que se vale da nossa liberdade de não mais fazermos um processo tão longo e complicado, cheio de etapas e custos associados, e que no final nem nos garantia uma discricionariedade de escolha de fornecedor nem nos dava o melhor preço no fim das contas... Acabava nos empurrando para contratos mais longos do que faríamos numa situação diferente", comentou.

Ele citou que os gastos com a contratação de bens e serviços gira em torno de R\$ 1 bilhão/ano. "Entendemos que essa nova liberdade de negociar deveria nos dar mais eficiência na contratação desses cerca de R\$ 1 bilhão e idealmente que ele vire algo bastante menor", afirmou Natal, que iniciou também um processo de revisão de contratos com fornecedores, em busca de melhores condições.

Grisolia comentou também sobre a estratégia de alocação de capital. Destacou que a "vocação da BR é ser distribuidor" e que a empresa não tem "aspiração e conhecimento para entrar em refino e produção de etanol". Ele disse, porém, que espera manter investimentos em logística e que a abertura do refino pode trazer novas oportunidades. "A BR hoje é o maior cliente de uma refinaria. Vamos aguardar futuras negociações com eventuais novos donos".

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio**

**Título: Vale quer resolver demandas de Brumadinho neste ano**

A Vale espera chegar até o fim do ano a um entendimento com as autoridades brasileiras para fechar todas as demandas relacionadas à reparação e compensação de Brumadinho (MG). O objetivo da mineradora é endereçar até dezembro todos os temas solicitados em três grandes ações civis públicas (ACPs). Se for bem-sucedida, a empresa poderá requerer a suspensão dessas ações. Caso surjam outros pedidos, a Vale poderá fazer um termo de ajustamento de conduta (TAC) adicional. Até agora o trabalho tem sido de fazer diversos acordos - 15 no total - com entidades federais, estaduais e municipais para resolver assuntos específicos.

A Vale também sinalizou que está confortável com as provisões feitas até o momento para fazer frente aos compromissos socioeconômicos e ambientais resultantes do rompimento, em 25 de janeiro, da barragem 1 da mina de Córrego de Feijão, situada em Brumadinho, que deixou 248 mortos e 22 desaparecidos, segundo dados atualizados até o fim de julho, quando a tragédia completou seis meses.

No primeiro semestre de 2019, a mineradora registrou R\$ 23,2 bilhões em seu balanço contábil a título de provisões e despesas com Brumadinho. Ontem, em teleconferência com analistas de bancos sobre o resultado operacional do segundo trimestre, o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires, falou em variações "marginais" no provisionamento para o segundo semestre do ano. A provisão foi feita com base nas melhores estimativas e, portanto, a

expectativa da empresa é de que os volumes reservados serão suficientes e adequados para todas as despesas com o evento de Brumadinho. Na teleconferência, Siani também indicou que a mineradora deve ter redução de custos e aumento nos volumes de produção nos próximos trimestres do ano.

O executivo disse que a Vale fechou "inúmeros" acordos com as autoridades até agora, e acrescentou que existe expectativa de uma eventual suspensão das ações civis públicas (ACPs) atualmente em curso. O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, disse que existem três ACPs maiores movidas contra a empresa: uma na área ambiental, outra com foco socioeconômico e uma terceira sobre as demandas do Estado de Minas Gerais. O trabalho da Vale tem sido fechar termos de ajustamento de conduta (TACs) específicos em áreas como tratamento da água e defesa da fauna, restauração de flora. Houve também um acordo preliminar para pagamento de indenizações.

"Acreditamos que estamos no caminho para uma justa e rápida reparação", disse Bartolomeo. Ele confirmou a conclusão da compra da mineradora Ferrous, com operações em Minas Gerais. A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A Ferrous vai permitir à Vale aumentar em 4 milhões de toneladas por ano a produção de produtos finos de minério de ferro a custos competitivos, destacou a Vale em nota. O executivo também disse que não está nos planos da empresa, neste momento, voltar a pagar dividendos aos acionistas. "Não está em pauta."

Após ter o equivalente a 93 milhões de toneladas de minério de ferro por ano paralisadas em Minas, em consequência de Brumadinho, a Vale conseguiu retomar parte desses volumes. Sua principal mina no estado, Brucutu, voltou a operar a plena capacidade (30 milhões de toneladas por ano). Houve também retorno parcial do processamento a seco no complexo de Vargem Grande, também em MG. Existem ainda, porém, cerca de 50 milhões de toneladas cuja produção continua interrompida. Desse total, a Vale espera retomar a produção de 20 milhões de toneladas com processamento a seco no primeiro trimestre do ano que vem. Os restantes 30 milhões, com o uso de barragens, têm retorno previsto no prazo de dois a três anos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Lucro da Lincoln Junqueira caiu 73% na safra passada

A seca prolongada do ano passado, que golpeou os canaviais do Paraná, e a redução dos preços do açúcar espremeram os ganhos do grupo Lincoln

Junqueira, que conta com cinco usinas no Centro-Sul e tem um perfil de produção mais voltado para a commodity do que ao etanol. Na safra 2018/19 - que, para a companhia, terminou em 30 abril -, o lucro líquido recuou 73%, para R\$ 95,4 milhões.

A estiagem levou a uma queda de 3% no volume de cana moído pelo grupo na safra, que ficou em 14,9 milhões de toneladas, e chegou até a "matar" algumas plantas, o que demandou um aumento nos investimentos no replantio de lavouras. Os gastos com investimentos do grupo cresceram 11%, para R\$ 552 milhões, destinados sobretudo ao plantio de cana. A taxa de renovação (percentual da área plantada sobre a área total de cana) teve que aumentar para 22%, ante uma média de 16%.

A companhia ainda foi particularmente afetada pela queda de preços do açúcar. Além de as cotações do açúcar bruto terem visitado os menores patamares em dez anos, as usinas em geral ainda tiveram que aceitar descontos elevados ante os valores praticados na bolsa de Nova York para competir com o produto de outras origens. A pressão do mercado externo se refletiu no doméstico, para onde é destinada a maior parte da oferta de açúcar do grupo, que também ainda vem sofrendo a pressão da falta de dinamismo da economia brasileira.

A receita com as vendas de açúcar cedeu 15%, para R\$ 1,7 bilhão. O resultado foi parcialmente compensado por mais ganhos nos mercados de etanol e de energia elétrica, já que a companhia aproveitou os preços elevados do megawatt-hora (MWh) no mercado livre. A receita líquida do grupo ficou em R\$ 2,6 bilhões, uma redução de 4%.

A queda nas margens, porém, ganhou proporções maiores porque a valorização do dólar aumentou os custos de insumos importados. Segundo um dos membros da diretoria, que preferiu não se identificar, alguns adubos tiveram alta de 90%. O custo total aumentou 9%, para R\$ 2 bilhões.

Com pressão dos custos, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) apresentou queda de 27% e ficou em R\$ 779 milhões. Também sob efeito da alta do dólar, a dívida líquida cresceu 56%, para R\$ 1 bilhão. Dessa forma, a alavancagem passou de menos de 1 vez para 1,3 vez no encerramento do último ciclo.

Para a safra atual, a diretoria espera recuperar a perda na moagem e chegar a 15,5 milhões de toneladas, voltando ao patamar da safra 2017/18. O faturamento também deverá ganhar impulso com as vendas de etanol, cujos preços estão melhores nesta safra.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 02/08/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Abengoa Bioenergia perde a proteção contra credores**

A Abengoa Bioenergia, braço sucroalcooleiro da espanhola Abengoa, sofreu um revés na Justiça em sua recuperação judicial. A 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo acatou um recurso do China Construction Bank (CCB) e revogou o período em que a empresa fica protegida de execuções por parte de credores - o CCB é um deles. O escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados, que representa a usina, deverá recorrer.

Com dívida em torno de R\$ 1 bilhão, a Abengoa Bioenergia entrou em recuperação judicial em outubro de 2017 e já prorrogou, com aval dos credores, o período de suspensão das execuções por 600 dias, contados desde a instalação da assembleia de credores, em 21 de agosto do ano passado. A legislação prevê que o período de suspensão das execuções deve durar 180 dias, mas admite prorrogação.

Em acórdão publicado anteontem, o relator José Araldo da Costa Teles avaliou que houve "intenção procrastinatória" da Abengoa Bioenergia frente as nove propostas de suspensão de assembleias de credores. A última assembleia, de 30 de maio, aprovou a prorrogação do período de proteção contra os credores para 12 de agosto.

"Se não houve contribuição das agravadas [Abengoa Bioenergia] para o retardamento da assembleia de credores, parece certo que também não contribuíram para a aceleração do desfecho perseguido, em nada se justificando que, atendidos os prazos da lei, já decorrido mais de ano e meio, não se tenha, ainda, concedido o pleito inicial ou, indeferido por rejeição do plano, decretada a quebra", afirmou o juiz, no acórdão.

Representado pelo advogado Diogo Rezende de Almeida, do escritório Galdino & Coelho, o CCB chegou a denunciar a Abengoa Bioenergia à Polícia Civil por suposto favorecimento de credores ao propor acordo de confidencialidade com parte deles, como informou o **Valor** em fevereiro.

Não é o primeiro revés da empresa em sua recuperação judicial. Em 2018, a mesma câmara decidiu a favor do fundo Amerra, que têm um crédito com

alienação fiduciária, ao determinar que a sucroalcooleira deveria entregar parte da sua produção de cana como pagamento de uma dívida de R\$ 15 milhões.

Em plano apresentado em fevereiro, a Abengoa Bioenergia propõe a venda de todas as ações da matriz espanhola, dentro de um leilão judicial, a um comprador que proponha uma reestruturação da dívida, ou a venda de suas duas usinas, incluindo passivos.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Finanças**

**Autor: Nathália Larghi | De São Paulo**

**Título: Petrobras e Vale lideram indicações para agosto**

A Petrobras segue liderando a Carteira **Valor** pelo décimo mês consecutivo, com oito indicações dentre as 17 corretoras participantes. A diferença é que para agosto a petroleira divide o posto de preferida com a Vale, também com oito recomendações.

Assim como no mês passado, o setor financeiro segue forte. As indicações foram baseadas na perspectiva de recuperação econômica, o que daria mais fôlego à concessão de crédito. Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e B3 continuam na seleção, os três primeiros com três indicações e a bolsa com duas. A resseguradora IRB Brasil entrou na lista de agosto, indicada por quatro casas.

Empresas consideradas bem posicionadas para uma eventual retomada do consumo, com a recuperação da atividade, também aparecem na seleção. O Pão de Açúcar segue na lista, com quatro indicações. As novidades ficam por conta da Localiza, empresa de aluguel de veículos, também apontada por quatro casas, e da incorporadora Cyrella, com três.

A política de desinvestimentos da Petrobras segue como principal argumento para a indicação da companhia. Rafael Passos, analista da Guide, destaca a continuidade do plano de venda de ativos, o avanço do projeto de desinvestimento das refinarias e os recursos da cessão onerosa como principais fatores para investir na estatal.

O acordo de cessão onerosa com a União deve gerar ao caixa da Petrobras o valor de US\$ 9,058 bilhões até o fim de 2019. A discussão em questão trata de um contrato firmado em 2010, quando o governo permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris na área do pré-sal. Com a descoberta de um volume maior de petróleo, o governo venderá o excedente.

Já a Vale foi uma das escolhas da Bradesco/Ágora Corretora devido às estimativas de produção do minério de ferro não só para 2019 como para 2020 e 2021. "Ainda que alguns marcos sobre o acidente em Brumadinho ainda precisem ser superados, pensamos que o preço da ação não está refletindo adequadamente a perspectiva mais forte de geração de caixa à frente, especialmente quando pensamos que o preço do minério de ferro será mais alto por um período prolongado", afirmou a casa.

Para a XP Investimentos, "os potenciais riscos após a tragédia de Brumadinho estão sendo cada vez mais mitigados, o que permite que as ações voltem a negociar com base em fundamentos".

No grupo do setor financeiro, a escolha da Guide foi BB. "Para o segundo semestre esperamos queda das provisões para perdas de devedores duvidosos, além da continuidade das medidas voltadas para o controle de custos e despesas e a expansão da carteira de crédito (em especial, segmento de varejo), fruto da retomada da atividade econômica", afirmou o analista Rafael Passos. Para ele, esses fatores devem impactar positivamente o lucro da companhia neste ano.

Para os analistas da Socopa, as ações do Itaú estão descontadas. Por isso, a casa enxerga um potencial de alta de 12% em um horizonte de 12 meses. "Na nossa visão, o banco apresenta boa capacidade de alavancagem devido aos níveis de liquidez superiores aos exigidos pela autoridade monetária", afirma a casa em nota.

Para Régis Chinchila, analista da Terra Investimentos, o Bradesco também deve se beneficiar de uma retomada mais forte da economia. Segundo ele, "as taxas de inadimplência e de cobertura de juros do banco são saudáveis" e o "retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do negócio de crédito é elevado". Chinchila ressalta, ainda, que as ações do Bradesco estão mais baratas que as demais, principalmente após a divulgação do balanço do segundo trimestre de 2019.

A escolha da B3 para a seleção é justificada principalmente pela expectativa de que os investidores continuem apostando no mercado de ações, especialmente com o novo corte na Selic.

No caso do IRB, além do plano de expansão na América Latina, a tese é que a perspectiva de aumento dos investimentos em infraestrutura, agronegócio e o pacote de privatizações podem beneficiar o setor de resseguros, principalmente a companhia, que tem posição dominante no mercado. A Guide cita ainda que a expectativa de resultados positivos no trimestre pode destravar valor para o papel no curto prazo, além da recuperação das ações após a oferta secundária.

Entre as varejistas, que, de maneira geral, ganham com a retomada do consumo, o Pão de Açúcar deve recuperar valor em particular com a reestruturação anunciada pela companhia, segundo Pedro Galdi, analista da Mirae.

No caso da Localiza, o Santander destaca a perspectiva de "forte crescimento nos próximos anos e altos níveis de retorno". Segundo a casa, a empresa está à frente de seus pares, já que ela está acelerando o crescimento na contramão dos concorrentes.

O Santander espera que a empresa continue registrando um crescimento forte do aluguel das frotas em 2019, mesmo com a base de comparação já alta. "Projetamos para o fim do ano crescimento da receita consolidada de 17%, chegando a R\$ 9,2 milhões", afirmou a corretora em nota.

Novidade na carteira, a escolha da Cyrella foi justificada pela recuperação do próprio setor, com perspectiva de aumento do retorno nos segmentos de média e alta renda. "A Cyrella tem potencial de forte geração de caixa no segundo semestre, fruto do recente crescimento nos volumes vendidos de estoques. Esperamos números mais fortes no segundo trimestre", afirma Passos, da Guide.

#### **valor.com.br**

Confira as recomendações de cada corretora para a Carteira Valor  
**[valor.com.br/carteira-valor](http://valor.com.br/carteira-valor)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Ribamar Oliveira | De Brasília

**Título:** Fazenda promete atacar spread de forma intensa

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou ontem, em entrevista exclusiva ao **Valor**, que uma política de redução do spread bancário será feita neste segundo semestre de "forma intensa". Segundo ele, o governo fez estudos econométricos que mostram como o spread é constituído. "Temos elementos tributários e elementos de concentração bancária. Medidas podem contemplar esta área, mas com bastante zelo, respeitando o campo de ação do Banco Central", disse.

De acordo com a diretriz do governo de reduzir, em termos percentuais, a participação do crédito associado ao setor público, Waldery informou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve focar sua atuação em três áreas consideradas estratégicas: financiamento a Estados e municípios, saneamento básico e privatização. Com isso, o banco deve ter um desembolso anual de aproximadamente R\$ 69 bilhões, R\$ 70 bilhões "ou menos". Ele informou que o governo prepara nova proposta de emenda constitucional (PEC) para reduzir os recursos que o BNDES recebe atualmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O governo deverá, ainda neste semestre, apresentar a sua proposta para um novo pacto federativo. O secretário especial de Fazenda informou que uma das medidas da proposta é transferência para os governos estaduais da gestão e da decisão sobre a aplicação dos recursos dos atuais fundos constitucionais, que possuem um fluxo anual de R\$ 13 bilhões. "O tipo de condicionalidade a ser colocada ainda está em análise, assim como o impacto fiscal associado a este processo. Mas a diretriz é clara. Nós iremos descentralizar tanto a alocação dos recursos e, mais intensamente, a decisão", afirmou.

Como a receita da União neste ano está menor do que a previsão que consta do Orçamento, o governo foi obrigado a contingenciar as dotações dos ministérios. Segundo Waldery, 13 ministérios estão em "estresse fiscal grande".

Não citou o nome dos ministérios, mas disse que, se o governo tiver informação concreta de que o leilão do excedente da cessão onerosa ingressará nos cofres públicos ainda neste ano, poderá incluir a receita ainda no relatório de avaliação de receitas e despesas de novembro, permitindo o descontingenciamento orçamentário.

O secretário disse também que o governo trabalha para que a privatização da Eletrobras seja feita ainda neste ano. A seguir os principais trechos da entrevista.

**Estímulos à economia** - Sim, nós já temos os cálculos dos efeitos das medidas já adotadas e aprovadas sobre a economia. Neste ano, o gasto primário total da União corresponderá a 19,2% do Produto Interno Bruto (PIB). O gasto da Previdência ficará em 8,6% do PIB. A reforma da Previdência, já aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, vai estabilizar esse gasto até 2022, em proporção do PIB. Em 2022, o gasto previdenciário ficará em torno de 8,5% do PIB. Esse é o impacto fiscal da reforma. No caso do FGTS [liberação dos recursos], haverá, no curto prazo, uma injeção de R\$ 28 bilhões neste ano e mais R\$ 12 bilhões em 2020. No caso do PIS/Pasep, serão R\$ 22,7 bilhões para 11,7 milhões de cotistas. Com isso, haverá um impacto do lado da demanda e

também do lado da oferta, pois serão melhorados os critérios de rotatividade e de aprendizagem do trabalhado.

Não haverá mais incentivo para que ele force sua demissão para sacar os recursos do FGTS. É uma medida estrutural do lado da oferta, que é o mais impactante. As medidas permitirão aumento de 0,35 ponto percentual do PIB nos próximos 12 meses. A redução da Selic para 6% ao ano abre vários canais que são importantes para o crescimento. Um, é o volume de crédito. Dois, é o custo do crédito. Terceiro, a sinalização que essa taxa básica terá sobre as demais taxas de juros da economia. Cada 0,5 ponto percentual de queda da Selic implica redução de R\$ 28 bilhões no pagamento de juros da dívida pública bruta. Esse é o efeito direto na relação dívida/PIB.

Outro indicador importante é o CDS (credit default swap), que atingiu o menor patamar nos últimos cinco anos. Ele está em 122, mesmo patamar do México, que é investment grade (grau de investimento). Estamos com emissões de títulos públicos em taxas mais baixas dos últimos cinco anos, em 7,12% ao ano. Entendemos que há ambiente promissor para emissão soberana (títulos no Tesouro colocado no exterior). Se e quando, ainda será analisada. Temos um conjunto de medidas que apontam, tanto interna como externamente, para condições de melhora substancial do crescimento do PIB, e de forma estrutural.

**Reduzir o spread** - Uma política de redução do spread bancário será feita neste segundo semestre, de forma intensa. As funções atinentes ao Banco Central serão por ele exercidas, mas também existem medidas de política econômica que melhoram o crédito. Nós segmentamos todos os componentes do spread, tanto do ponto de vista conceitual como do ponto de vista empírico.

***"Na nossa estratégia, a política fiscal ocupa a primeira posição. E a primeira questão é a Previdência"***

Fizemos estudos econométricos que mostram como o spread é constituído. Temos elementos tributários e elementos de concentração bancária. Medidas podem contemplar esta área, mas com bastante zelo, respeitando o campo de ação do Banco Central.

O governo quer que a redução dos juros chegue ao tomador final. Não é razoável que nós tenhamos no Brasil taxas de juros superiores a 300% ao ano. As medidas não serão postergadas. Elas serão anunciadas logo a frente.

**Reduzir a dívida** - Na nossa estratégia, a política fiscal ocupa a primeira posição. E, na área fiscal, a primeira questão é a Previdência. A segunda é a despesa com o pagamento de juros, que hoje corresponde a 5,9% do PIB. Ela não é primária, é financeira. Mas precisa ser atacada. Como ataco? De várias formas.

Uma delas é a antecipação do pagamento dos empréstimos feitos ao BNDES pelo Tesouro. Nós pedimos, para este ano, R\$ 126 bilhões. Já foram devolvidos R\$ 39,9 bilhões. O BNDES ainda tem R\$ 170,9 bilhões a devolver. Quando isso acontecerá? O quanto antes, satisfeitas as condições de liquidez, solvência e governança do banco. Os nossos cálculos indicam que o dinheiro pode retornar ao Tesouro até 2022. De quem é a decisão? Da diretoria do banco.

**Nova PEC sobre o FAT** - Uma das diretrizes que seguimos é exatamente a de reduzir, em termos percentuais, a participação do crédito associado ao setor público. O BNDES tem um "funding" muito ligado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Nós entendemos que haverá uma reformatação nessa linha.

O FAT não seguirá no formato de hoje, com os recursos dele repassados ao BNDES. Vamos propor essa mudança por PEC. Mas só faremos após análise em conjunto com a diretoria do BNDES sobre liquidez, solvência e governança do banco. O papel do BNDES está associado ao financiamento de Estados e municípios, saneamento e privatização. O próprio presidente do banco já disse isso.

São áreas estratégicas que permitem ao BNDES, quando focado nelas, ter um desembolso por ano da ordem de R\$ 69 bilhões, R\$ 70 bilhões ou menos. Certamente não teremos o BNDES com desembolsos acima de R\$ 100 bilhões, muito menos acima de R\$ 200 bilhões como já aconteceu no passado. Por PEC que contemple esse tema.

**Papel dos bancos públicos** - Nós temos reuniões com os presidentes dos três maiores bancos públicos (Caixa, Banco do Brasil e BNDES), em que se discute uma política creditícia, em que se discute o papel mais adequado para essas instituições, bem como uma forma coordenada para que seja uma situação de ganha-ganha. Ganham os bancos, ganha a União e ganha a sociedade. Discutimos, por exemplo, o tratamento em relação aos chamados instrumentos híbridos de capital (empréstimos feitos pela União aos bancos), que somam hoje R\$ 87 bilhões. A Caixa já devolveu R\$ 3 bilhões. No total são cinco bancos, com treze contratos. A Caixa tem seis, o BNDES tem quatro, o BB tem um, o Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa) têm um. A grosso modo, R\$ 41 bilhões, R\$ 42 bilhões são da Caixa, R\$ 36 bilhões, do BNDES, R\$ 8,1 bilhões, do BB, R\$ 1 bilhão, do Basa, e R\$ 1 bilhão, do BNB. A Caixa atuou sobre um contrato e nos devolveu R\$ 3 bilhões, em uma situação muito boa para o banco, pois esse era um capital muito caro para ela. A ideia não é repassar os 13 contratos para a União. Os contratos são de perpetuidade, não têm tempo para retornarem à União. Estamos analisando caso a caso. Sabemos que existem casos mais rígidos, mais difíceis, como o do BB, mas existem casos em que haverá ganhos para todos.

**Fundos constitucionais** - O "funding" dos três fundos constitucionais (do Centro Oeste, do Norte e do Nordeste) está associado à arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Hoje, os fundos constitucionais repassam os recursos aos bancos que são os agentes operadores. Os bancos têm a função de selecionar os projetos e acompanhar a execução. Com isso, os recursos têm impacto na política de desenvolvimento regional. Mas, ponto um: nós não entendemos que a melhor política de desenvolvimento regional é essa de escolha direta. Entendemos que a melhor política é aquela horizontalizada. Criam-se as condições e o mercado resolve.

***"Eletrobrás é um caso que nos dá conforto de que a privatização pode sim ser realizada ainda neste ano"***

O mercado é bastante eficiente na alocação de recursos. A nossa intenção é que os recursos cheguem direto ao Estado, direto ao governador e não via banco. Portanto, uma parte considerável desses fundos, o fluxo é da ordem de R\$ 13 bilhões/ano, seja repassado diretamente aos governadores. É uma política que é coerente com a diretriz mais abrangente de descentralização dos recursos da União para os entes subnacionais.

O governo do Estado passará a ter gerência sobre os recursos. O tipo de condicionalidade a ser colocada ainda está em análise, assim como o impacto fiscal associado a este processo. Mas a diretriz é clara. Nós iremos descentralizar tanto a alocação dos recursos e, mais intensamente, a decisão.

**Redução no número de fundos** - Vamos propor a reformulação dos fundos públicos. Em primeiro lugar, exigir que qualquer novo fundo só seja criado por proposta de emenda constitucional (PEC). Atualmente, existem 261 fundos e apenas 93 deles são ativos. Eles são de diversas classes. Existem fundos contábeis, financeiros, outros que não têm nome de fundos, como é o caso do Proagro, por exemplo, outros para fiscais, como é o caso do FGTS e constitucionais. E até alguns com nome de fundo, mas que não são fundos. A ideia é reorganizar tudo isso e reduzir intensamente.

Três estão no foco. O FGTS, que foi objeto de medidas já adotadas pelo governo, mas que não serão as últimas para ele. Até 2022 pretendemos fazer outras mudanças no FGTS. Temos o FI-FGTS, com cerca de R\$ 33 bilhões, que precisa ser retrabalhado. Não só porque é uma fonte de financiamento para o próprio FGTS, mas também porque esteve associado à má alocação de recursos e, inclusive, corrupção. O segundo fundo é o FAT. O terceiro é o FCVS. A grande maioria deles não tem efeito primário.

Não serão alterações que trarão impacto no resultado primário. A ideia é promover, em primeiro lugar, uma melhor alocação dos recursos públicos. Nós

não nos preocupamos apenas com o resultado primário. Trabalhamos com o resultado nominal, com o mesmo zelo com que nos preocupamos com o primário. Tratamos desse tema dos fundos com uma visão mais ampla, dos fluxos financeiros. Uma das nossas metas é reduzir substancialmente a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) para qual uma reorganização dos fundos contribui fortemente.

**Ministérios em estresse fiscal** - Temos hoje 13 ministérios em situação de "estresse fiscal" grande. Uma situação herdada de governos anteriores. Estamos a seis meses resolvendo esse problema. Uma das grandes ações que a secretaria de Fazenda fez foi permitir que a máquina pública andasse, com que a União tocasse a vida sem um único solavanco. É uma ação parecida com a de um bom juiz de futebol, que não é notado e o jogo segue.

Temos um orçamento primário de R\$ 1,4 trilhão. Nós começamos o ano com R\$ 126 bilhões de reais de despesas discricionárias. Depois dos contingenciamentos realizados, elas estão em R\$ 84 bilhões mais as emendas impositivas dos parlamentares. Neste ano, a receita da União veio abaixo do previsto no Orçamento e, por isso, tivemos que fazer o contingenciamento. O dinheiro do leilão do excedente da cessão onerosa pode mudar a situação. A nossa estimativa é que os recursos entrarão nos cofres do Tesouro até o final deste ano. Nós teremos o quarto relatório de avaliação de receitas e despesas a ser divulgado no dia 22 de setembro e o quinto no dia 22 de novembro. Se, nesse período, nós tivermos informações sólidas de que o leilão será realizado e de que o pagamento do bônus de assinatura será feito, o valor será incorporado ao Orçamento e faremos o descontingenciamento (até agora, mais de R\$ 30 bilhões foram bloqueadas). É improvável que isso ocorra no relatório de setembro. Em novembro, é uma possibilidade. A União receberá, liquidamente, R\$ 52 bilhões.

Estamos tendo reuniões nas várias instâncias do TCU sobre essa questão. Com o presidente, os ministros, o ministro relator (do processo sobre a cessão onerosa e o leilão), com a secretaria do Tribunal encarregada da análise do tema, com a secretaria de macroavaliação. Respondendo a todas as questões que estão sendo apresentadas. Entendemos que o TCU é totalmente convergente conosco na possibilidade de realização desse leilão ainda neste ano. Se a decisão do TCU não sair a tempo para a realização do leilão no dia 6 de novembro, temos outras medidas que permitem que a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) neste ano seja cumprida. Ela será atingida.

**Metas fiscais** - Em conversas com os presidentes Rodrigo Maia [Câmara] e Davi Alcolumbre [Senado], estamos negociando a PEC do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que tem elementos muito bem-postos. São negociações que estão

sendo feitas há alguns anos. Entendemos que o princípio da regra de ouro é muito bem vindo. Ou seja, que o endividamento só seja feito para fins de investimento. Isto deve ser preservado. A forma como a regra é implementada é que precisa ser reestruturada. E trazer também uma previsibilidade ao longo dos anos. Queremos um aperfeiçoamento da "regra de ouro". O governo considera que é importante ter um regramento bem feito para a política fiscal, à semelhança da nossa política de metas para a inflação, que produz bons resultados. O teto de gastos é uma medida inteiramente defendida por este governo. Entendemos que foi uma medida necessária e que trouxe ganhos. Ele já reduziu as despesas da União de 19,7% do PIB para 19,2% do PIB neste ano. O atendimento à "regra de ouro", análise do teto de gastos e de outras medidas de regramento fiscal estão sendo pensadas, em comum acordo com o Congresso Nacional. Achamos que podemos aprovar o aperfeiçoamento da regra de ouro já neste ano.

**Eletrobras** - Nossa intenção, em acordo com o **Ministério de Minas e Energia**, é ter as condições para a privatização da Eletrobras neste ano. É claro que precisaremos de consenso com o Congresso Nacional. O modelo de descotização é extremamente importante e ele terá impacto positivo sobre o sistema de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.

A Eletrobras é um caso que nos dá conforto de que a privatização pode sim ser realizada neste ano. Requer diálogo com o Congresso. Há duas alternativas. Seguir com o substitutivo de um projeto que já tramita no Congresso. Ou enviar um novo projeto. Nos dois casos, é um acordo do Executivo com o Congresso. A negociação sobre isso está em andamento junto aos presidentes Alcolumbre e Maia.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Folhapress

**Título:** Não queremos um advogado de Bolsonaro, diz opositor sobre Abdo

**ASSUNÇÃO, PARAGUAI** - Líder do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e segundo colocado nas eleições de 2018, Efraín Alegre, 56, minimizou o fracasso da tentativa de iniciar nesta quinta-feira (1º) o julgamento político do presidente Mario Abdo Benítez, envolvido em uma crise política detonada pela assinatura de um acordo energético com o Brasil.

"Isso não acabou hoje, está apenas começando. Já estamos redigindo a nova proposta de impeachment que vamos apresentar em breve contra ele e seu vice, Hugo Velázquez", disse, em entrevista à "Folha de S.Paulo".

Para Alegre, o atual mandatário cometeu "estelionato eleitoral ao prometer, na campanha, que o Paraguai deixaria de ganhar menos com Itaipu do que o Brasil, como sempre ocorreu", afirmou. "E, de repente, ele faz justamente o contrário. Não queremos um presidente que atue como advogado do presidente do Brasil."

O opositor avalia que o saldo de hoje não é negativo. "Serviu para mostrar a Jair Bolsonaro que ele pode achar que compra um presidente, um técnico, mas não pode comprar um Congresso, uma cidadania, que está comprometida a proteger o que é nosso."

As críticas ao presidente brasileiro se estenderam ao paraguaio. "E se Abdo Benítez pensa que Itaipu não importa aos paraguaios e que pode trocar isso para proteger outras questões ou negócios particulares ou familiares com Bolsonaro, então não está apto para ser presidente dos paraguaios. Porque a questão da nossa energia é uma questão de orgulho nacional."

Alegre disse que as últimas 24 horas saíram um pouco do controle porque seu partido e seus aliados vinham preparando o pedido de impeachment "com calma, até que chegaram os cartistas e o apressaram". "E, tão rápido como entraram na ideia, a abandonaram."

Ele se refere ao fato de que o ex-mandatário Horacio Cartes, do Partido Colorado, mesmo do presidente mas contrário a Abdo Benítez, ter decidido apoiar o impeachment na noite anterior e desistido na manhã de quinta-feira tão logo o contrato com o Brasil foi cancelado.

"Não posso deixar de considerar que foi uma ação organizada, mas não tenho provas, apenas me parece estranho. Não tem problema, nós vamos iniciar outro trabalho, de conscientização da cidadania, de motivar marchas, de convocar os deputados a votar sem a necessidade de que seja um favor de Cartes", afirmou.

Questionado se o impeachment de Abdo Benítez e de Velázquez teria outros motivos além de Itaipu, como suspeitas de atos ilícitos dos quais o vice-presidente é acusado, Alegre disse que "por ora não".

"Por ora trata-se de proteger nosso interesse energético nacional. Porém, não perdemos de vista que também existem mais coisas a serem investigadas."

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 02/08/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Bolsonaro dá sinal verde para privatização da Eletrobrás**

Segundo fato relevante, processo deverá ser analisado pelo Congresso; governo, anteriormente, previu receita de R\$ 12 bi

A Eletrobrás afirmou ontem, em fato relevante, que o presidente Jair Bolsonaro autorizou que sejam aprofundados estudos para a privatização da companhia. Os estudos, disse a estatal, serão para que o processo ocorra por "aumento de capital social, mediante subscrição pública de ações ordinárias da Eletrobrás ou de eventual empresa resultante de processo de reestruturação". De acordo com o comunicado, o processo de desestatização da companhia deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Bolsonaro participou ontem de reuniões sobre o assunto com o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., que fez o comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com as notícias da reunião, as ações ordinárias (com direito a voto) da estatal atingiram no dia máximas históricas nominais, terminando a sessão com avanço de 6,9%, a R\$ 42,11. O governo brasileiro vem trabalhando para privatizar a Eletrobrás desde o governo Michel Temer, como parte de um esforço maior para vender ativos estatais. Anteriormente, o governo previu receitas de R\$ 12 bilhões com a privatização da empresa. Mas o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou recentemente que o total obtido na operação dependeria das condições de mercado.

Os recursos captados com a emissão das ações seriam utilizados para pagar ao Tesouro Nacional bônus de outorga em troca de uma renovação por 30 anos e em condições mais favoráveis dos contratos de uma série de hidrelétricas antigas da Eletrobrás, que hoje vendem a produção a preços regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O governo avaliava cinco alternativas para a privatização, disseram fontes com conhecimento do assunto em meados de junho. Uma hipótese que chegou a ser discutida envolveria a capitalização não da holding Eletrobrás, mas de uma subsidiária da companhia que detém participações em outras empresas de energia, a Eletropar, disse uma fonte à Reuters anteriormente.

Por esse modelo, a Eletropar absorveria as principais empresas de geração e transmissão da estatal – Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul. Após a emissão de novos papéis, a Eletrobrás ficaria com menos de 50% da Eletropar, enquanto manteria participação integral em ativos que não serão privatizados, como a

subsidiária de energia atômica Eletronuclear e a usina binacional de Itaipu. / REUTERS

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Assunto esteve em banho-maria

Para lembrar

Desde o início do governo Jair Bolsonaro, a privatização da estatal ficou em banho-maria enquanto os técnicos discutiam a possibilidade de revisão do modelo de venda anunciado na gestão anterior. A necessidade de receitas novas para fechar as contas, no entanto, acelerou as discussões.

A medida faz parte da agenda pós-reforma da Previdência, que começa a sair do forno. O governo reconhece as dificuldades para avançar com o projeto no Congresso, mas espera ter o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, principal articulador e responsável pelo êxito na tramitação da reforma da Previdência.

Maia, no entanto, já disse que pautas sobre privatização têm pouquíssimas chances de obter votos. Ele deixou claro que está disposto a "abraçar" pautas de Estado, e não de governo.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Mariana Haubert Anne Warth / BRASÍLIA

**Título:** Modelo de garimpo tem de ser melhorado, diz secretário

A regulamentação que o governo pretende fazer do garimpo no País e da mineração em terras indígenas deverá buscar novos modelos de exploração e não apenas dar um "salvo-conduto" à forma como a atividade é desenvolvida hoje. De acordo com o **secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal**, o objetivo das mudanças é aproveitar as riquezas minerais beneficiando quem realiza a atividade, dentre eles, os garimpeiros e os próprios índios. O modelo de aproveitamento, no entanto, ainda não foi definido pelo Executivo.

"Nosso pensamento não é dar um salvo-conduto para situações que sejam maléficas à coletividade. O que queremos é que nessa relação, a exploração seja do mineral, não dos envolvidos, não dos garimpeiros, não dos índios", afirmou Vidigal ao Estadão/Broadcast. De acordo com ele, a regulamentação dos dois tipos de atividade entrou na pauta do governo porque gera riqueza e enfrenta o problema da exploração clandestina com consequências ambientais e sociais. Um grupo de trabalho criado em 2017 por determinação do Tribunal de Contas da União deve finalizar neste ou no próximo mês projeto de lei que trata da autorização da mineração em terras indígenas. Ele é formado pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil, Funai e Ibama.

A Constituição permite que a exploração de minérios seja feita nessas áreas, porém, mediante regulamentação, o que nunca foi feito. Um decreto de 2004 determina que a exploração só pode ser efetivada com autorização do Congresso após discussão com as comunidades envolvidas e que parte dos recursos seja destinada à região. O presidente Jair Bolsonaro também disse, na semana passada, que o governo pretende regulamentar o garimpo no País. Na quarta-feira, ao jornal O Globo, ele afirmou que pretende criar "pequenas Serras Peladas" Brasil afora, que poderiam ser exploradas tanto por estrangeiros como por povos indígenas.

Um grupo de estudo sobre o assunto foi criado no Ministério de Minas e Energia há duas semanas. "Temos o firme propósito neste governo de transformar o patrimônio mineral brasileiro em riqueza", disse Vidigal. Questionado se o exemplo usado pelo presidente não dava uma ideia negativa, já que milhares de pessoas morreram em Serra Pelada (PA) nos anos 80 pela exploração desenfreada, Vidigal minimizou a questão e disse que Bolsonaro se refere à produção de riquezas e não ao caos do local, que ficou conhecido como "formigueiro humano". Segundo o secretário, lideranças indígenas tem procurado o governo para pedir que se avance na discussão sobre a liberação da exploração mineral em suas terras. Mas representantes dos índios, por outro lado, têm dito que o governo ainda não os procurou para debater os termos do projeto.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO Cristian Favaro / SÃO PAULO**

**Título: Petrobrás vende negócios e vê lucro saltar 87% no trimestre para R\$ 18,9 bi**

Fase de ajustes. Sem entrada de recursos extraordinários, provenientes de vendas de empresas como a rede de gasodutos TAG, lucro teria caído 53%, para

R\$ 5,2 bilhões; resultado é recorde para o período e foi impulsionado por câmbio e o aumento do petróleo

Com a venda da TAG, rede de gasodutos que interliga as Regiões Sudeste e Nordeste do País, a Petrobrás registrou lucro de R\$ 18,9 bilhões no segundo trimestre, o maior da história da empresa para o período. O resultado foi marcado por fatores que podem não se repetir nos próximos meses, como a alta do petróleo e a taxa de câmbio favorável à empresa. No documento de divulgação do balanço, a petroleira anunciou também que poderá sair completamente da BR Distribuidora, com nova oferta de ações.

Se não fossem os ganhos que não devem acontecer de novo, o lucro teria sido de R\$ 5,2 bilhões, abaixo da expectativa do mercado, que contava com um resultado positivo de R\$ 7,7 bilhões, segundo projeções do Estadão/ Broadcast levantadas com analistas de mercado. O desempenho da estatal sem esses eventos veio abaixo também do lucro registrado em igual período do ano passado, de R\$ 10 bilhões. Ainda assim, a leitura de especialistas é que o resultado foi positivo. "A empresa já começou o ano com lucro, o que é bom", afirmou Helder Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor da UFRJ. "Falta muita coisa no processo de recuperação, mas a empresa já está numa trajetória de lucros líquidos contábeis, revertendo períodos de prejuízos trimestrais e anuais."

Já Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Wealth Management, disse que "o lucro ficou um pouco abaixo da nossa expectativa de R\$ 20 bilhões para o trimestre, mas os investidores vão gostar dos números e deverão refletir positivamente sobre o preço da ação por essa informação". Retomada. Na carta de apresentação do balanço no segundo trimestre, a estatal classificou o resultado como "bom desempenho financeiro". "Estamos muito confiantes de que a implementação criteriosa de nossa agenda possui capacidade para eliminar no futuro a diferença do desempenho que nos separa das melhores companhias globais de petróleo e criar substancial valor para nossos acionistas", escreveu a companhia.

O documento, pela primeira vez, trouxe uma fotografia do caixa e da operação no trimestre atrelado a metas para o futuro. Por conta do alto endividamento, de US\$ 83,7 bilhões, a empresa continuará vendendo ativos. A perspectiva é de redução da dívida no terceiro trimestre. A Petrobrás sinalizou também que vai investir menos. O orçamento de US\$ 16 bilhões foi revisto para um intervalo de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões. Esses valores, no entanto, não incluem os gastos que a petroleira deve ter com a compra de áreas nos leilões deste ano. No trimestre, os investimentos somaram US\$ 2,6 bilhões, queda de 17,6% na comparação com igual período do ano anterior. Segundo a empresa, os recursos foram concentrados sobretudo no desenvolvimento de novos campos de

petróleo no polo pré-sal da Bacia de Santos e na manutenção da produção nos campos maduros.

Na comparação anual, entretanto, os investimentos recuaram 21,6% no setor. Enquanto isso, a área de refino teve crescimento bastante significativo nos investimentos. O aporte subiu 22,5% no ano e 33,9% na comparação trimestral, para US\$ 316 milhões. As vendas somaram US\$ 15 bilhões até o fim de julho, com destaque para TAG, BR Distribuidora e campos maduros de petróleo. A empresa anunciou a perspectiva de se desfazer da totalidade das ações da distribuidora de combustíveis. "Ficamos ainda com 37,5% do capital da BR, que no futuro temos a intenção de vender parcial ou totalmente. Enquanto isso, vamos nos beneficiar como acionistas do enorme potencial de criação de valor da BR com a flexibilidade que possui uma empresa privada", informou.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** F.N. E C.F. RIO e SÃO PAULO

**Título:** BR ficará mais parecida com concorrentes

A BR Distribuidora deverá ser uma nova empresa, a partir de 2021. Nos próximos dois anos, a diretoria pretende implementar um conjunto de iniciativas para alinhar a companhia às principais concorrentes – Ipiranga e Raízen. Hoje, a BR é a maior distribuidora do País, mas é também a que tem a menor rentabilidade, entre as três. "Os anos de 2019 e de 2020 são anos de execução, quando vamos trabalhar para a entrega dessas dez iniciativas", disse Rafael Grisolia, presidente da BR, em teleconferência ao detalhar o lucro de R\$ 302 milhões no 2.º trimestre.

"A partir de 2021, teremos o resultado desse esforço, feito com tanto entusiasmo, com a BR privatizada." Com a privatização da distribuidora, que deixou de ser controlada pela Petrobrás, algumas mudanças começaram a acontecer. O regime de compra de equipamentos, regido até então pela Lei das Estatais, foi substituído pela "contratação efetiva e negocial, tentando seguir as melhores práticas de mercado", disse Grisolia. Além disso, em até duas semanas, serão divulgadas as indicações do novo conselho. Ele deve ser formado por especialistas de perfil diversificando, das áreas de distribuição de combustíveis, finanças, tecnologia e meios de pagamento.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 02/08/2019****Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: Mitsui avalia de infraestrutura a hospitais no País**

Sócio da Petrobrás na área de distribuição de gás, conglomerado japonês vai expandir aportes

Um dos maiores conglomerados do Japão, o grupo Mitsui está avaliando negócios para expandir sua presença no Brasil. Sócia da Gaspetro com a Petrobrás em distribuidoras de gás em 19 Estados, a gigante, que tem US\$ 10 bilhões investidos no País, está olhando várias empresas – de infraestrutura e energia a hospitais, segundo fontes a par do assunto. No início deste ano, a gigante japonesa comprou, por cerca de R\$ 800 milhões, a SuperVia, empresa que opera trens urbanos em 12 municípios do Rio de Janeiro e pertencia à Odebrecht Transport.

A mobilidade urbana é uma das apostas da companhia, mas no Brasil o transporte de commodities, sobretudo agrícolas e de minério, que impulsiona parte do e seus investimentos em ferrovias. A Mitsui é uma das principais fornecedoras de vagões para cargas de produtos agrícolas, por meio de contratos de leasing (aluguel), e é sócia da VLI, ferrovia que também tem como acionistas a Vale, FI-FGTS e gestora canadense Brookfield. Velha economia. Com faturamento global de US\$ 62,7 bilhões, o conglomerado tem seus negócios majoritários ligados à chamada "velha economia". Setores de tecnologia e informação e os chamados prédios inteligentes – com conceito multifuncional (torres comerciais e residenciais interligados por metrô) – têm espaço nos países asiáticos.

A área de saúde, em consolidação no Brasil, está sendo avaliada pelo grupo, segundo fontes. Grupos chineses e fundos de investimentos também estão de olho na compra de hospitais no País. Privatização. Negócios colocados à venda por estatais também estão no radar do grupo. Eles ainda avaliam o valor dos ativos, que ainda consideram altos, segundo fontes. Vendas em blocos nas áreas de exploração e produção de petróleo da Petrobrás não interessam aos japoneses: preferem olhar um por um. A estatal também está vendendo sua participação na Gaspetro, da qual o grupo é sócio.

Há diversos investidores interessados na fatia da Petrobrás na Gaspetro – o Mitsui também não descarta elevar sua fatia. Nesta semana, executivos da empresa estiveram no Brasil e participaram de reunião organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na sede da Federação das Indústrias

do Estado de São Paulo (Fiesp). "Os japoneses estavam distantes do Brasil por conta da insegurança jurídica. Agora, estão mais interessados após ações de combate a corrupção", disse José Ricardo Roriz Coelho, diretor da Fiesp. No início de julho, o conglomerado foi uma das 11 empresas condenadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por formação de cartel em obras do metrô de São Paulo e outros três Estados. O grupo negou, à época, qualquer movimento ilícito. Procurada, a Mitsui não quis dar entrevista.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Internacional**

**Autor: Anne Warth / BRASÍLIA Rodrigo Turrer**

**Título: Para salvar aliado paraguaio, Bolsonaro recua em acordo vantajoso sobre Itaipu**

Concessão. Diante da ameaça de impeachment do presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, governo brasileiro aceita anulação de pacto que levaria país vizinho a pagar progressivamente mais por energia elétrica; movimento por destituição de líder perde força

O governo brasileiro aceitou ontem a decisão paraguaia de anular um acordo bilateral que beneficiava o Brasil, por levar os paraguaios a progressivamente pagar mais pela energia excedente de Itaipu. Isso diminuiria o desequilíbrio em relação ao que desembolsam hoje os brasileiros. A decisão do presidente Jair Bolsonaro pretende garantir no poder o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, sob ameaça de impeachment desde que o pacto, assinado em 24 de maio, foi revelado na semana passada.

Uma reunião que estava programada para ocorrer em Brasília ainda esta semana foi antecipada para ontem e feita em Assunção, com representantes dos ministérios das Relações Exteriores de ambos os países. Segundo o documento que saiu da reunião, ao qual o Estadão/ Broadcast teve acesso, altas partes contratantes instruíram suas equipes técnicas a retomar as reuniões com o objetivo de definir o cronograma de potência a ser contratada pela Eletrobrás e pela Administração Nacional de Eletricidade (Ande) no período de 2019 a 2022. Agora, a chamada Ata Bilateral vai "voltar às instâncias técnicas para novas negociações sobre a contratação da energia elétrica de Itaipu".

Ainda de acordo com o documento, os dois países concordam que a falta de acordo no tema "afeta negativamente o faturamento dos serviços de eletricidade da entidade binacional e, ainda nesse sentido, destacaram a importância de encontrar uma solução para o problema no curto prazo". O Tratado de Itaipu embute um subsídio para a energia do Paraguai que é paga

pelos consumidores brasileiros, segundo o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), Paulo Pedrosa. "É como se a conta de luz dos brasileiros tivesse um "encargo de política externa". Existe um subsídio pago por nós ao Paraguai e isso precisa ser dito", afirmou Pedrosa, ao Estado.

Em 2018, os paraguaios pagaram, em média, US\$ 24 por megawatt/ hora (MWh), enquanto os brasileiros despenderam US\$ 38 por MWh, em média (58% a mais) – considerando energia associada à potência, que é mais cara, e a energia adicional ou excedente, que é bem mais barata, pois exclui o custo do financiamento da usina. Isso significou R\$ 1,6 bilhão a mais para a conta do consumidor brasileiro no ano passado – em média 1,2% a mais. Para Pedrosa, essa situação cria um paradoxo, em que o Brasil perde investimentos justamente por ter uma tarifa cara. "Em um momento em que o Brasil não cresce e a indústria não investe, o Paraguai cresce 6% por ano, até mesmo com investimentos dos empresários brasileiros que migram para o país vizinho para aproveitar a energia barata", acrescentou.

Segundo ele, o fato de o Brasil, proporcionalmente, pagar mais que o Paraguai pela mesma energia financia ações que nada têm a ver com o atendimento energético do lado paraguaio – como a construção de um bairro e a reforma do mercado municipal na capital, Assunção, a 300 quilômetros de Ciudad del Este. Como 85% da energia fica com o Brasil, são os consumidores brasileiros que, na prática, pagam por essas políticas. Há também reivindicações de que as receitas da usina arquem com políticas que vão de bolsas de estudos à adoção de internet banda larga no país. Em 2009, o governo paraguaio conseguiu triplicar o valor pago ao Paraguai pela cessão da energia que não consome e vende ao Brasil.

O acordo foi assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cumpriu uma promessa de campanha do ex-presidente Fernando Lugo. Inicialmente, o custo foi bancado pelo Tesouro Nacional, mas, desde 2016, ele também onera a conta de luz dos brasileiros.

Reversão. O documento assinado ontem deixa claro que o pedido do Paraguai para que a ata de maio fosse denunciada pelos dois países não foi acatado, já que menciona uma decisão "unilateral e soberana" do país vizinho. Após a anulação do acordo, diversos deputados e senadores do Paraguai começaram a retirar apoio ao julgamento político de Marito, como Abdo Benítez é conhecido. Segundo a imprensa paraguaia, o presidente do Partido Colorado (legenda de Abdo Benítez), deputado Pedro Alliana, afirmou que o documento mostra que o dano da ata anterior foi corrigido.

Por isso, ele decidiu retirar o apoio ao impeachment. O ex-presidente Horacio Cartes fez movimento semelhante. Para analistas, o recuo praticamente

dificulta o avanço do processo de impeachment. "A situação de Abdo Benítez melhorou e, apesar de ele ter perdido muito capital político, ele fez o certo ao pedir desculpas para os paraguaios e dizer que errou", disse ao Estado o cientista político Miguel Carter, fundador do Centro para a Democracia, a Criatividade e a Inclusão Social e responsável por estudos sobre Itaipu. "Vai haver mais demissões e exonerações, e ele deve conseguir sair da crise política, mas a questão de Itaipu vai continuar presente durante seu governo."

Um dos principais atingidos pelo escândalo é o vice, Hugo Velázquez, acusado de traição à pátria. Ele teria determinado a retirada de uma cláusula que permitiria ao Paraguai vender excedentes de energia a preços de mercado. Ontem, depois do acordo, Abdo Benítez discursou no Palácio do Governo, durante cerca de meia hora. "Peço desculpas se eu estava errado. Estamos errados e continuaremos cometendo erros, mas nunca faremos isso de má-fé; muito menos vamos negociar com o futuro da nação paraguaia", afirmou.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Internacional

**Autor:**

**Título:** Brasil lembra punição por derrubada de Lugo em 2012

Itamaraty adverte contra a quebra da ordem democrática após a ameaça de impeachment de Benítez

## BRASÍLIA

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil advertiu contra uma possível "quebra da ordem democrática" no Paraguai e lembrou que o país assumiu "compromissos no âmbito da cláusula democrática do Mercosul – Protocolo de Ushuaia" em 2012, após o impeachment do então presidente Fernando Lugo. Na ocasião, o país chegou a ser suspenso do Mercosul. Na nota, o Itamaraty indica que o país vizinho pode ser suspenso do bloco se um novo impeachment ocorrer. Em 2012, o então presidente de esquerda Fernando Lugo foi afastado por um processo de impeachment que durou apenas 36 horas, após 17 pessoas morrerem durante uma operação de desocupação de uma área próxima à fronteira com o Brasil.

Na ocasião, ele foi também acusado de nepotismo, má gestão das Forças Armadas e de ser brando no combate à violência. Em resposta ao afastamento, os países-membros do Mercosul, liderados pela então presidente brasileira Dilma Rousseff, decidiram afastar o Paraguai do bloco e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) até que novas eleições presidenciais fossem realizadas, no

ano seguinte. Dilma foi acusada por opositores de ter motivações ideológicas para incentivar a punição ao Paraguai. O país foi suspenso do bloco porque os países integrantes questionaram se a forma como se deu o processo não feria a democracia paraguaia. Esta foi a primeira suspensão em 21 anos de história do Mercosul.

O novo governo paraguaio não pôde participar das reuniões e decisões até as eleições presidenciais de abril de 2013. Na nota de ontem, o Itamaraty ressalta o "excelente" relacionamento entre os presidentes e a "inteira convergência de valores" que se verifica hoje entre os países vizinhos. Segundo a chancelaria, tal relação é sem precedentes e se deve à "coincidência de visões estratégicas" entre os dois líderes na "promoção da democracia na região e à proteção dos direitos da família". "O Brasil espera que essa cooperação com o presidente Mario Abdo possa prosseguir, o que permitirá a plena implementação das iniciativas em curso e a consecução de novos avanços", afirma o ministério. Segundo o Itamaraty, o governo brasileiro "está convencido" de que o líder do Paraguai tem "todas as condições" para continuar a governar.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Internacional**

**Autor: Fabio Leite Ricardo Galhardo**

**Título: 'Pacto foi político', reclama presidente de estatal paraguaia**

Fabián Cáceres, que só ocupou cargo após renúncia de dois diretores, afirma que acordo custaria US\$ 350 milhões em 4 anos ao Paraguai

O presidente interino da Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai (Ande), Fabián Cáceres, afirmou que a adesão do governo do presidente Mario Abdo Benítez ao acordo bilateral de Itaipu foi "mais política do que técnica" e a estatal de energia paraguaia não participou das negociações do acordo fechado em maio com o governo brasileiro. A ata foi anulada ontem após seus termos provocarem uma crise política que ameaçava o presidente paraguaio de impeachment. "O acordo não teve participação da Ande. A chancelaria brasileira tinha o apoio dos técnicos da Eletrobrás e de Itaipu, enquanto que a representação do Paraguai não tinha corpo técnico.

Realmente, a decisão final foi mais política do que técnica. Acho que pessoas que estiveram nessa reunião não dimensionaram o que estavam assinando. O nível de contratação ali era muito elevado e causaria um sobrepreço da compra de energia para o Paraguai da ordem de US\$ 350 milhões em quatro anos", afirmou Cáceres em entrevista ao Estado. Diretor técnico da Ande, ele pediu demissão na semana passada em solidariedade ao então presidente da estatal,

Pedro Ferreira, que renunciou ao cargo por discordar dos termos do acordo. Mas como o sucessor de Ferreira, Alcides Jiménez, também pediu demissão no domingo, após poucos dias no cargo, a exoneração de Cáceres não foi deferida e ele agora acumula a presidência da Ande interinamente.

Por telefone, ele afirmou que o acordo "não continha nenhum benefício para o Paraguai" e não descartou a possibilidade de que empresários brasileiros tenham feito um lobby junto ao governo paraguaio para a retirada de uma cláusula do acordo que era defendida pela Ande: a possibilidade de a estatal paraguaia vender energia excedente de Itaipu dentro do mercado brasileiro. "Isso (lobby) é uma possibilidade. O (ex) presidente da Ande (Pedro Ferreira) manifestou que isso pode ter acontecido. Eu não vi e não posso falar a respeito. Ouvi isso pela imprensa", afirmou. Segundo o jornal paraguaio ABC Color, o advogado José Rodríguez González interferiu em uma reunião com empresários brasileiros para que essa cláusula fosse retirada do acordo.

Ligado ao vice-presidente Hugo Velázquez, ele teria atuado para beneficiar a empresa brasileira Léros Comercializadora de Energia. O encontro teria ocorrido no dia 10 de maio, em Ciudad del Leste, e contado com a participação do empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP). Em um áudio divulgado pelo veículo paraguaio, Rodríguez fala que Giordano se apresentou como senador na reunião e teria respaldo do governo do presidente Jair Bolsonaro. Ao Estado, Giordano confirmou ter participado de uma reunião no Paraguai com a Ande ao lado de um representante da Léros, mas para tratar do interesse de um leilão de energia elétrica aberto pela estatal paraguaia.

Ele negou ter usado no encontro uma suposta influência no governo Bolsonaro. "Meu contato com a família Bolsonaro é zero. Fui lá em interesse da minha empresa, não tem nada a ver com o acordo de Itaipu", afirmou Giordano, que tem empresas de terraplenagem e estrutura metálica parceiras da Léros há quatro anos. Sócio da Léros, o empresário Kléber Ferreira também afirmou que o interesse da empresa na reunião no Paraguai era a compra de energia. "Enviamos um representante por causa do chamamento público aberto pela Ande. Foi uma reunião de 15 minutos, que envolveu empresários de outros países, sem nenhuma relação com o acordo. Foi uma coincidência de fatos." Cáceres disse que embora uma possível entrada da Ande no mercado brasileiro desagradasse aos empresários, os termos do acordo não foram discutidos na reunião com a Léros.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 02/08/2019****Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack****Título: Bolsonaro dá sinal verde para a privatização da Eletrobras**

Modelo prevê venda de ações e redução da fatia da União para menos de 50%

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro deu sinal verde, nesta quinta-feira (ia) para que a União saia do controle da Eletrobras. A partir de agora, serão feitos estudos para definir o modelo de venda de ações da companhia na Bolsa. A expectativa é que o processo seja realizado ainda neste ano.

**O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, fez o comunicado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). No documento, ele informa que Bolsonaro concordou com o modelo de capitalização, que, quando realizado, levará à saída da União do controle da empresa.

Isso porque haverá uma venda de ações ordinárias (sem poder de voto) na Bolsa, e a União não fará compras. Dessa forma, sua participação ficará reduzida a menos de 50%.

Segundo pessoas que participam das discussões no governo, mesmo que a União saia com uma participação elevada desse processo (mas inferior a 50%), não poderá votar nas assembleias com mais do que 10% das ações.

Na prática, a Eletrobras se tornará uma empresa de capital pulverizado, sem controle definido.

O comunicado também menciona uma reestruturação da Eletrobras antes desse processo. Na prática, será preciso separar a Eletronuclear e a usina de Itaipu da estatal.

Isso porque a Eletronuclear continuará sob controle da União, conduzindo a obra da usina de Angra 3 com um parceiro privado que está sendo procurado. Itaipu é uma hidrelétrica binacional.

Ainda segundo técnicos envolvidos nesse processo, a modelagem desse aumento de capital da Eletrobras está praticamente concluída e deve movimentar algo entre R\$ 18 bilhões e R\$ 20 bilhões, a depender do apetite dos investidores institucionais pela "nova Eletrobras".

Michel Temer tentou realizar essa operação, mas foi barrado no Congresso, que nem sequer concluiu o processo de venda de seis distribuidoras de energia da

estatal, justamente as que mais davam prejuízos. Sem isso, a capitalização ficou comprometida, e foi preciso esperar pela chegada do novo governo.

Sem as distribuidoras, cujo processo de venda já foi concluído, o governo Bolsonaro agora consegue atribuir mais valor à Eletrobras. Antes, a capitalização previa R\$ 12,2 bilhões em recursos para a União.

O processo será submetido ao Congresso Nacional.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Mundo**

**Autor: Sylvia Colombo e Ricardo Della Coletta**

**Título: Paraguai cancela acordo com o Brasil, e impeachment esfria**

Acerto para contratação da energia de Itaipu ameaçou a permanência do presidente Mario Abdo Benítez no cargo

O Paraguai assinou nesta quinta (1º) documento que cancela acordo bilateral favorecendo o Brasil na contratação da energia de Itaipu. Agora, os dois países terão de se sentar novamente à mesa para renegociar a potência de energia que o Paraguai deverá comprar até 2022.

O governo paraguaio queria que Brasília apoiasse a anulação do documento diplomático e que o cancelamento da ata fosse conjunto. No entanto, o Brasil não aceitou a proposta e forçou o Paraguai a agir unilateralmente. Apoiar a ação, dizem interlocutores do governo brasileiro, significaria concordar com a tese de que o acordo de maio é prejudicial ao Paraguai, algo com o que o Brasil não concorda.

A avaliação é que a anulação unilateral será suficiente para ajudar o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez (direita), alvo de pedido de impeachment pela oposição.

Em nota divulgada na manhã de quinta, o Itamaraty se posicionou contra a ameaça de processo de impeachment.

“O desenvolvimento do Paraguai e sua participação ativa como valioso membro do Mercosul e da comunidade hemisférica é de enorme interesse para o Brasil, e o governo brasileiro está convencido de que o presidente Mario Abdo reúne todas as condições para continuar conduzindo esse projeto”, disse a nota.

O Itamaraty destacou ainda “o excelente nível do relacionamento Brasil-Paraguai atingido entre os governos dos presidentes Mario Abdo e Jair

Bolsonaro, com iniciativas de grande impacto positivo para o Paraguai nas áreas econômica, de integração física e de segurança pública”.

O cancelamento do acordo causou reação imediata no processo contra Abdo Benítez: o grupo de senadores comandados por Horacio Cartes, o Honor Colorado, retirou seu apoio ao processo de afastamento, anunciado na véspera pelos partidos da oposição.

Sem os votos da corrente liderada pelo ex-presidente do Paraguai, a oposição não teria o número necessário para aprovar o impeachment.

Ao ajudar um aliado alinhado ideologicamente com seu governo, Bolsonaro repete uma ação tomada pelo ex-presidente Lula. Em 2007, o petista aceitou pagar pelo excedente energético vendido pela Bolívia ao Brasil, sob o argumento de que era preciso ter “generosidade” e “solidariedade” com economias menores. O presidente da Bolívia à época era Evo Morales, um aliado próximo do PT.

No fim da manhã, com aspecto sério e cansado, o presidente paraguaio fez um pronunciamento no Palácio de Los López, sede do governo.

Abdo Benítez disse que “o acordo assinado em 24 de maio está sem efeito” e que, para chegar a essa decisão, “foram feitas negociações durante toda a noite”. Ele também agradeceu aos “países amigos e organismos internacionais que expressaram apoio”.

O mandatário afirmou ainda que ordenou aos membros do governo que participaram do processo em favor de seu afastamento que sejam destituídos de seus cargos, declaração pela qual foi aplaudido.

Ao lado da mulher, Silvana López Moreira, o presidente agradeceu “aos que criticaram o presidente da República de todos os partidos políticos e aos que propuseram o julgamento político e que revisaram sua posição”, porque tudo isso “leva à reflexão e a tentar buscar consenso”.

Depois, Abdo Benítez desceu as escadas do palácio e se juntou a seus apoiadores. Já sem terno e com a gravata desarrumada, abraçou muitos deles, acompanhado da mulher e de um dos filhos.

O público assistiu ao ato por meio de um telão e, enquanto o presidente caminhava em meio à multidão, foram disparados fogos de artifício.

“Vim apoiá-lo porque ele merece, está lutando contra os corruptos, e por isso o Congresso se volta contra ele”, disse Liliana Zambay, 35.

Já Sandoval Ledesma, 63, era dos que pediam a renúncia, porque “ele está vendendo o que temos de mais valioso, nossos recursos. Está menosprezando o Paraguai.”

Segundo o senador Eusebio Ramon Ayala, do opositorista PLRA, “ainda há muito o que explicar, especialmente se o presidente tiver sido salvo por Bolsonaro”. “Vamos querer saber em troca de quê.”

Se à tarde já parecia haver um consenso entre a maioria dos congressistas de que Abdo Benítez havia se livrado do julgamento político, o mesmo não se dizia do vice-presidente Hugo Velázquez.

Advogado, de 52 anos, ele chegou ao cargo por meio do sistema de alianças armado por Abdo Benítez com a velha guarda do Partido Colorado, com quem se aliou para poder vencer Santiago Pena, candidato escolhido nas primárias por Horacio Cartes.

Velázquez teve origem humilde, em família de classe média baixa, mas ficou conhecido pela fortuna acumulada atuando no mercado imobiliário e na criação de cavalos de raça, tendo propriedades em Ciudad del Este. Tudo isso antes de virar deputado no final da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

Em Ciudad del Este, há vários processos contra ele, agora congelados por conta de foro privilegiado. Velázquez é acusado de receber suborno por meio de um escritório de advocacia e por contrabando.

Abdo, conhecido como “Marito”, é filiado ao Partido Colorado e foi celebrado como um renovador do conservadorismo paraguaio. Seu pai foi secretário pessoal de Stroessner.

Nas eleições do ano passado, ele venceu o rival, Efraín Alegre, por uma margem justa (46,4% contra 43,2%), tanto que este alegou fraude e pediu recontagem dos votos. O mandato, iniciado em agosto de 2018, vai até 2023.

O Paraguai teve um impeachment presidencial em 2012. Fernando Lugo foi afastado em um processo que durou apenas 36 horas.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Mundo

**Autor:**

**Título:** Opositor diz que Abdo Benítez atuou como advogado de Bolsonaro

Líder PLRA e segundo colocado nas eleições de 2018, Efraín Alegre, 56, minimizou o fracasso da tentativa de impeachment do presidente Abdo Benítez.

“Já estamos redigindo a nova proposta de impeachment que vamos apresentar em breve contra ele e seu vice, Hugo Velázquez”, disse à Folha.

Para Alegre, Benítez cometeu “estelionato eleitoral ao prometer que o Paraguai deixaria de ganhar menos com Itaipu do que o Brasil, como sempre ocorreu”, afirmou.

“De repente, ele faz justamente o contrário. Não queremos um presidente que atue como advogado do presidente do Brasil”, completou.

O opositor avalia que o saldo de hoje não é negativo. “Serviu para mostrar a Jair Bolsonaro que ele pode achar que compra um presidente, um técnico, mas não pode comprar um Congresso.”

As críticas ao presidente brasileiro se estenderam ao paraguaio. “Se Abdo Benítez pensa que Itaipu não importa aos paraguaios e que pode trocar isso para proteger outras questões ou negócios particulares ou familiares com Bolsonaro, então não está apto para ser presidente dos paraguaios. Nossa energia é uma questão de orgulho nacional.”

Questionado se o impeachment teria outros motivos além de Itaipu, como suspeitas de atos ilícitos dos quais o vice-presidente é acusado, Alegre disse que “por ora não”.

“Trata-se de proteger nosso interesse energético nacional. Porém, não perdemos de vista que também existem mais coisas a serem investigadas.” SC

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Mundo

**Autor:**

**Título:** Paraguaio foram da tensão à calma em poucas horas

“Ninguém dormiu, passamos a madrugada fazendo contas. Tomamos café da manhã apreensivos porque o impeachment parecia coisa certa”, diz o advogado Fabrizio Centurión, 42, encostado no balcão de uma padaria no centro de Assunção. “E, agora, no meio da manhã, já acabou tudo.”

A reportagem da Folha chegou à capital paraguaia nem bem havia amanhecido o dia. Ao passar próximo ao suntuoso Palácio de los López, sede do governo e que antes era a residência de Francisco Solano López (1827-1870), comandante

do país na Guerra do Paraguai, já era possível ver uma pequena multidão ali, dividida em dois grupos desiguais.

O maior era de manifestantes em favor da renúncia do presidente Mario Abdo Benítez. O menor, de apoiadores.

Alguns deles não tinham saído dali desde o começo dos rumores de impeachment. Ao longo da manhã, o grupo pró-Abdo foi crescendo, carregando bandeiras nacionais e gritando “imperialismo não, pátria, sim” e “Marito é a democracia”.

Os corredores do palácio a que a mídia teve acesso se converteu, pela paranóia dos próprios jornalistas, em centro propagador de rumores.

Uma hora circulava a história de que Abdo Benítez havia renunciado. Depois, que o vice-presidente Hugo Velázquez teria sido demitido. Na sequência, que ele deixaria o cargo voluntariamente.

Repórteres veteranos iam apontando o que estava acontecendo “igual ao que ocorreu com Lugo”, em referência ao impeachment do esquerdista Fernando Lugo, em 2012. Parecia que o afastamento eram favas contadas.

Quando enfim Abdo Benítez apareceu para se pronunciar, já se sabia que o acordo com o Brasil havia sido cancelado e que seu principal rival dentro do partido Honor Colorado, Horacio Cartes, recuado da ideia de votar a favor da abertura do julgamento político.

Havia alívio em suas palavras, mas também ressentimento. Falou de conciliação, de ouvir os críticos. Prometeu não errar novamente. Por outro lado, afirmou que vai perseguir e expulsar do governo os que haviam “jogado contra a pátria”.

A declaração “caia quem caia”, aplaudida dentro e fora do palácio, soou como gesto de um autoritário. Logo, ele se rendeu ao espetáculo midiático, jogando-se sem terno nos braços da multidão.

Se a crise não tiver servido para conciliar rivais, pelo menos serviu para que os paraguaios conhecessem melhor as mudanças de estado de espírito de seu presidente.

A saída do palácio parecia a de um concerto de rock. Várias quadras em torno do local estavam cercadas e vigiadas pela polícia, e tanques do Exército se posicionavam no enorme jardim.

Os oficiais, porém, pareciam também mais relaxados do que pelo início da manhã. Antes estavam de pé e com a postura ereta, de prontidão.

A situação alguns quarteirões fora da área restringida, no entanto, era diferente. Não parecia um país no qual o governo balançava tão fortemente. Havia comércio intenso nas ruas com as galerias de lojas de roupas e de eletrônicos, pessoas lotando restaurantes para almoçar.

Nas telas das TVs, nos bares, os noticiários foram mudando de assunto. As aparições dos analistas políticos começavam a rarear.

Uma aparente normalidade voltou à cidade, até aproxima crise política estourar, algo a que os paraguaios também se acostumaram nos últimos anos. SC

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Mundo

**Autor:** Julio Wiziack e Ricardo Della Coletta

**Título:** 'Conta pendurada' de Itaipu deve subir a US\$ 130 milhões

Segundo técnicos do governo brasileiro, Paraguai já deve US\$ 50 milhões por uso de potência excedente de usina

O cancelamento do acordo energético pelo o qual o Paraguai se comprometia a aumentar o volume de energia contratada em Itaipu deve aprofundar a disputa sobre uma dívida de US\$ 50 milhões em aberto na usina e que, segundo governo brasileiro, precisa ser paga por Assunção.

Para técnicos do governo, sem o acordo a conta "pendurada" deve subir para US\$ 130 milhões até o final de 2019.

Para evitar o impeachment do presidente Mario Abdo Benítez, as autoridades paraguaias tornaram sem efeito nesta quinta-feira (1º) uma ata diplomática assinada em maio em que a empresa de eletricidade do país vizinho prometia aumentar paulatinamente a potência contratada até 2022.

O acordo energético agora suspenso era considerado necessário pelo Brasil porque existem dois tipo de energia em Itaipu: a comercializada a partir da potência contratada (sobre a qual incidem encargos da dívida da construção da usina) e a excedente (mais barata).

A queixa de Brasília é que o Paraguai nos últimos anos vem contratando de propósito uma potência muito inferior à que realmente utiliza, o que lhe dá acesso preferencial à eletricidade excedente, com preços mais atrativos. Na prática, isso significa que o Brasil acaba subsidiando parte da eletricidade.

Um interlocutor do governo que acompanhou as conversas argumenta que nos últimos quatro anos a Ande (Administração Nacional de Eletricidade) do Paraguai aumentou em 6,7% a sua potência contratada, enquanto que sua demanda efetiva pela eletricidade de Itaipu cresceu 47,4%.

No ano passado os paraguaios chegaram a esgotar toda a energia excedente de Itaipu e tiveram que usar uma cota que era destinada à Eletrobras.

Como a empresa brasileira se recusou a pagar por uma energia que não utilizou, ficou em aberto uma conta de US\$ 50 milhões que o Brasil tenta fazer que seja assumida por Assunção. O valor deve aumentar neste ano com a anulação do acordo, alertam técnicos do governo Bolsonaro.

Além de corrigir parte do desequilíbrio entre o que o Paraguai contratava e o que de fato consumia, integrantes do governo dizem que o acordo fechado em maio tinha como objetivo evitar que a Ande recorresse novamente ao estoque da Eletrobras.

Eles argumentam, no entanto, que sem o acerto diplomático o Paraguai muito provavelmente precisará entrar mais uma vez na parcela de eletricidade reservada ao Brasil. Os cálculos ainda estão sendo feitos, mas a estimativa é que a conta “pendurada” neste ano seja de outros US\$ 80 milhões.

A ata diplomática agora anulada estabelecia que ao longo dos próximos quatro anos o Paraguai deveria contratar, em média, cerca de 50% mais potência do que os níveis atuais. Isso representaria um aumento de aproximadamente US\$ 200 milhões na fatura paga hoje pela Ande à Itaipu.

Para membros do governo, dificilmente haverá tempo para acertar novos valores e evitar que o Paraguai precise recorrer à energia da cota brasileira neste ano.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Cotidiano

**Autor:** Rubens Valente

**Título:** Maioria dos brasileiros rejeita abrir mineração em terras indígenas

Pesquisa Datafolha aponta que 86% no país discorda do plano do presidente Jair Bolsonaro de abrir exploração mineral nessas áreas

A abertura da mineração em terras indígenas, um dos projetos do presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ), é amplamente reprovada pelos brasileiros.

Pesquisa Datafolha contratada pela organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental) apontou que 86% dos brasileiros discordam da permissão à entrada de empresas de exploração mineral nas terras indígenas, que hoje é ilegal mas que Bolsonaro pretende autorizar.

O Datafolha realizou, de 4 a 6 de junho, 2.088 entrevistas distribuídas em 168 municípios de todas as regiões do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

Para Márcio Santilli, sócio-fundador do ISA e presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio) entre 1995 e 1996, a pesquisa revela “uma vontade inequívoca dos brasileiros de preservar as terras, o que o Congresso precisa considerar nessa discussão”. “A pesquisa indica que até os que apoiam o presidente discordam da sua intenção de promover o garimpo e o ingresso de mineradoras estrangeiras nessas terras”, disse Santilli.

A Constituição prevê que a atividade pode ser realizada a partir da aprovação de uma lei pelo Congresso Nacional. A Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece que os povos indígenas devem ser consultados em todas as etapas sobre eventual projeto de mineração.

Segundo a pesquisa, a rejeição à mineração é muito alta, com um mínimo de 80%, em todas as regiões, escolaridades, idades, sexos, classificações econômicas e ocupações. Chama a atenção a repulsa de 80% nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde se concentra a maior parte das terras indígenas do país e que seriam os alvos principais do plano de Bolsonaro.

O indígena Luiz Eloy Terena, assessor jurídico da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), uma das principais organizações indígenas do país, disse que a maioria dos índios é contrária à mineração, com exceção de “alguns poucos indígenas, às vezes visando interesses particulares”.

“O que o Bolsonaro está dizendo é que ‘os índios querem mineração’. Os índios não querem mineração. A nossa relação com a terra é totalmente diferente, é de preservação da terra e dos recursos naturais”, disse Terena. Para o advogado, o governo Bolsonaro tenta cooptar alguns indígenas em torno da mineração para promover a divisão no movimento indígena.

**O secretário de Geologia e Mineração do MME (Ministério de Minas e Energia), Alexandre Vidigal,** confirmou que o governo Bolsonaro elabora, por meio de um grupo de trabalho interministerial, um projeto de lei a fim de permitir a mineração em terras indígenas. O projeto deve ficar pronto até setembro, quando será enviado ao Congresso.

Vidigal disse que o governo não detém números e levantamentos detalhados sobre o potencial mineral em terras indígenas. Para isso, seriam necessárias pesquisas in loco.

Indagado por que os indígenas não estão participando dessa fase da discussão do novo projeto, Vidigal disse que o momento certo da participação indígena é quando o projeto chegar ao Congresso. “É uma lei geral que está sendo tratada [neste momento]”, disse o secretário. Vidigal afirmou que o governo quer “trazer para a formalidade” atividades que são “nocivas e clandestinas”. “Nosso único propósito é o bem coletivo.”

A Folha indagou se o projeto do governo vai incluir a possibilidade de os indígenas vetarem a mineração em suas terras. Vidigal disse que não e que a Constituição não prevê tal veto. Ele falou da necessidade de “um consenso” entre empresários, indígenas e órgãos de controle antes dos supostos empreendimentos, que seriam discutidos caso a caso.

Procurado, o MMA (Ministério de Meio Ambiente) não respondeu.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:**

**Autor:** Fabiano Maisonnave e Danilo Verpa

**Título:** Ministério Público apura atraso de 4 anos em obras de novo presídio no estado

O Ministério Público Federal abriu nesta quinta-feira (1º) um inquérito civil para investigar o atraso na entrega do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu.

A obra, que deveria estar pronta em 2015, é uma das contrapartidas pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte, ainda no governo Dilma Rousseff (PT).

A demora voltou à tona com a morte de 58 presos durante rebelião, na última segunda-feira (29), no Centro de Recuperação Regional de Altamira. Com instalações péssimas, segundo avaliação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a unidade operava com superlotação e mantinha parte dos detentos em contêineres adaptados, entre outros problemas estruturais.

A situação das mulheres presas também é precária. Sem presídio em Altamira, estão amontoadas em celas superlotadas de uma delegacia da Polícia Civil. Algumas são transferidas para unidades em outras cidades do Pará.

“O Ministério Público Federal tem reagido aos impactos negativos da Usina de Belo Monte desde o início. Diversas ações judiciais foram propostas por descumprimento, atrasos e outras irregularidades relacionadas às condicionantes do empreendimento”, diz Sadi Machado, procurador da República em Altamira.

“Ao contrário do que se prometia no licenciamento, houve um agravamento das condições socioambientais da região, gerando um quadro de violência, conflitos e graves violações de direitos humanos.”

O projeto, orçado em R\$ 20 milhões, prevê a construção de três unidades: a masculina, com 306 vagas, a feminina, com 105 vagas, e o semiaberto masculino, com 201. No total, o complexo terá capacidade para abrigar 612 detentos.

As obras foram paralisadas em meados de 2016, quando a empresa contratada abandonou o projeto, e retomadas no início deste ano.

Na última quarta-feira (31), a reportagem esteve no local, a cerca de 20 km do centro de Altamira, e encontrou dezenas de operários trabalhando nas três unidades.

A ala feminina tem as obras mais avançadas. Por outro lado, a construção da muralha externa ainda não começou. O complexo fica às margens da rodovia Transamazônica.

Procurada pela reportagem, a Norte energia, empresa controladora da Belo Monte, não informou quando o novo presídio ficará pronto. Via assessoria de imprensa, afirmou que retomou as negociações com o governo do Pará há dois anos, “promovendo assim os ajustes necessários na busca de consenso das pendências constantes do convênio firmado para ações de apoio à segurança pública”.

A Norte energia afirma que cumpriu com os demais compromissos ligados a segurança pública, como a entrega de um helicóptero, a reforma de prédios policiais, alocação de 50 veículos novos para a Secretaria de Segurança Pública e a instalação de câmeras móveis e fixas.

Ao todo, informa a nota, serão aplicados R\$ 125 milhões.

“A empresa refuta as ilações de explosão da criminalidade depois da construção do empreendimento, pois os indicadores de segurança pública acumulados ao longo do período de acompanhamento (2007-2018) demonstram que Altamira é um município historicamente considerado violento, segundo os padrões da

Organização Mundial de Saúde (OMS). Mesmo antes do início da implantação da Usina, a cidade polo da região da rodovia Transamazônica”, afirma o texto.

Na quarta-feira (31), a reportagem enviou uma lista de perguntas à Secretaria de Segurança Pública do Pará sobre as obras do presídio e outros itens do acordo com a Norte energia, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** MANOEL VENTURA BRASÍLIA

**Título:** Bolsonaro dá aval para privatização da Eletrobras

Desestatização será feita por meio do lançamento de ações da estatal no mercado. Nesse processo, União abriria mão do controle da empresa. Proposta ainda precisa da aprovação do Congresso’

O presidente Jair Bolsonaro deu ontem o sinal verde para a privatização da Eletrobras. A partir de agora, o governo vai conduzir os estudos para que o controle da companhia seja transferido à iniciativa privada. O modelo foi apresentado a Bolsonaro em reunião, pela manhã, no Palácio do Planalto.

O anúncio foi feito pela Eletrobras, a pedido do **Ministério de Minas e Energia**, em comunicado ao mercado. No texto, a estatal confirma que o processo será feito por meio de uma capitalização.

"O excelentíssimo senhor presidente da República autorizou que fossem aprofundados estudos para que o processo de desestatização da Eletrobras ocorra através de aumento de capital social, mediante subscrição pública de ações ordinárias da Eletrobras ou de eventual empresa resultante de processo de reestruturação" informou a empresa.

A forma pela qual a Eletrobras será privatizada foi concluída entre os técnicos há duas semanas, mas a íntegra do texto é mantida em sigilo.

O modelo prevê o lançamento de ações da Eletrobras no mercado. Por meio desse processo, a União abriria mão do controle da empresa, reduzindo sua participação de pouco mais de 60% para algo inferior a 50%.A expectativa é que o processo seja realizado ainda neste ano, apesar de precisar passar pelo Congresso.

"Foi informado ainda que o processo de desestatização deverá observar o rito legislativo para apresentação do Congresso Nacional", completa o comunicado da Eletrobras.

É necessário que a privatização seja analisada por deputados e senadores porque a empresa foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND) por meio de lei. Agora, é preciso uma nova lei para incluir a empresa no programa. Além disso, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a privatização de holdings, caso da Eletrobras, precisa passar pelo Congresso.

#### VALOR PODE CHEGAR A R\$20 BI

A reestruturação da Eletrobras citada no comunicado se refere à Eletronuclear e à Usina de Itaipu. A subsidiária que cuida das usinas nucleares e a parte que trata da hidrelétrica binacional (que tem administração dividida com o Paraguai) terão que ser separadas da Eletrobras antes da desestatização. Essas empresas não podem ser privatizadas.

O Orçamento deste ano conta com uma receita de R\$ 12 bilhões que seria obtida com a venda da estatal. O valor arrecadado, porém, pode ser ainda maior. Segundo fontes envolvidas no processo, a capitalização deve movimentar entre R\$ 18 bilhões e R\$ 20 bilhões. Isso vai depender do apetite dos investidores.

O governo acelerou as definições sobre a privatização da estatal de energia após a aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara. A necessidade de dinheiro para liberar recursos no Orçamento e conseguir fechar as contas neste ano apressou as discussões nos ministérios, que contam com a desestatização também como parte da agenda pós-reforma.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: BRUNO ROSA**

**Título: Caixa extra**

#### Venda de empresas turбина lucro de R\$ 18,8 bi da Petrobras no 2º tri

Mesmo com a alta do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional, o lucro da Petrobras bateu recorde no segundo trimestre deste ano, impulsionado pela venda de ativos como a TAG, maior transportadora de gás natural do Brasil. O negócio ajudou a estatal a registrar ganho de R\$ 18,8 bilhões entre abril e junho, alta de 87,3% em relação ao mesmo período do ano passado e melhor resultado trimestral da história. Em mensagem aos acionistas, o presidente da

Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a companhia pretende acelerar as privatizações, que renderam US\$ 15 bilhões até julho.

Castello Branco citou que a estatal pode até se desfazer por completo da BR Distribuidora, que foi privatizada mês passado em uma oferta de ações na Bolsa. A Petrobras reduziu para 37,5% sua fatia na empresa vendendo R\$ 9,6 bilhões em ações, cifra que ainda não apareceu nas contas. A empresa estima ganho de capital antes de impostos de R\$ 14,2 bilhões no terceiro trimestre.

O presidente da Petrobras disse esperar valorização da fatia remanescente para vendê-la: "Ficamos ainda com 37,5% do capital da BR, que no futuro temos a intenção de vender parcial ou totalmente", afirmou no comunicado.

Anteontem, na primeira divulgação de resultados após a privatização, a BR Distribuidora registrou aumento de quase 15% no lucro líquido no segundo trimestre, na comparação com igual período de 2018, para R\$ 302 milhões.

Castello Branco citou ainda o processo de venda de oito refinarias. Quatro delas já tiveram o edital lançado. O segundo pacote com a venda de outras quatro sai no próximo mês.

Na busca por maior rentabilidade, o executivo reforçou que a estatal vai "sair completamente dos negócios de transporte e distribuição de gás natural" Fechou ainda nove escritórios no exterior e está devolvendo concessões em países como o Uruguai.

No primeiro semestre, o lucro líquido da Petrobras somou R\$ 22,897 bilhões, alta de 34,4% em relação ao mesmo período de 2018. Com a perspectiva de resultados melhores, o Conselho de Administração antecipou a distribuição de dividendos, no total de R\$ 2,6 bilhões, equivalentes a R\$ 0,20 por ação ordinária e preferencial por circulação, superando os R\$ 0,10 por ação do trimestre anterior.

Apesar do desempenho, a Petrobras mostrou preocupação com sua dívida líquida, que chegou a US\$ 83,67 bilhões no segundo trimestre, alta de 13,6% em relação ao fim do segundo trimestre do ano passado.

"A Petrobras se defronta ainda com alavancagem financeira excessiva para uma companhia produtora de commodities e, portanto, exposta à volatilidade de preços e consequentemente de fluxo de caixa", destacou a companhia. A empresa ressalta que encargos financeiros consomem 40% do caixa operacional, o que indica a necessidade de mais vendas de ativos para reduzir dívida.

## MENOS INVESTIMENTOS

No primeiro semestre, os investimentos, de R\$ 4,94 bilhões, caíram 20,4% em relação ao ano passado. Além disso, a companhia avisou que pretende investir menos em 2019. A meta, que era de US\$ 16 bilhões, foi revisada para o intervalo de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões.

Pedro Galdi, analista de investimento da Mirae Asset, lembrou que a elevação do preço do petróleo, o efeito cambial e reajustes de preços dos combustíveis, que foram feitos praticamente diariamente no segundo trimestre, compensaram a queda de produção da companhia. Mesmo assim, pondera que a venda de ativos é que vai definir o futuro da empresa.

—Os investidores vão gostar dos números. Seguimos otimistas com o desempenho da empresa nos próximos trimestres, considerando a continuidade do programa de desinvestimentos e foco na evolução da exploração de petróleo em águas profundas no pré-sal.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: O Mundo**

**Autor: JANAINA FIGUEIREDO E ANA ROSA ALVES**

**Título: Paraguai cancela acerto sobre Itaipú**

Medida foi aceita pelo Brasil e afastou risco de impeachment do presidente

O chanceler do Paraguai, Antonio Rivas Palacios, anunciou ontem o cancelamento da ata diplomática assinada com o Brasil que deflagrou uma grave crise política no país vizinho e pôs o presidente Mario Abdo Benítez sob ameaça de impeachment. A decisão foi comunicada formalmente ao embaixador brasileiro em Assunção, Carlos Simas Magalhães, que a referendou em nome do governo Bolsonaro. Na ata agora anulada, o governo paraguaio havia concordado em pagar mais pela energia da hidrelétrica binacional de Itaipu.

"A Alta Parte Contratante paraguaia comunicou sua decisão unilateral e soberana de deixar sem efeito a Ata Bilateral de 24 de maio de 2019", diz o documento paraguaio, assinado pelo chanceler Rivas e pelo embaixador brasileiro. Segundo o documento, Brasil e Paraguai determinaram que as instâncias técnicas de Itaipu redefinam o cronograma de energia a ser contratada pela Eletrobras e pela Ande (estatal de energia do Paraguai) no período entre 2019 e 2022.

"QUEREMOS UM BOM ACORDO"

Foi justamente apressão brasileira para que o Paraguai declarasse uma contratação maior da energia dita "garantida", deixando de contar com a chamada "energia excedente", bem mais barata, que levou ao acerto de maio e à crise política que ele provocou. De acordo com técnicos paraguaios, os gastos do país aumentariam em ao menos US\$ 200 milhões anuais.

O documento divulgado pelo Paraguai afirma ainda que as duas partes "coincideram em que a falta de acordo sobre o cronograma de energia a ser contratada de Itaipu afeta negativamente o faturamento dos serviços de eletricidade da entidade binacional e, nesse sentido, destacaram a importância de se encontrar uma solução para o problema no curto prazo"

Em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro disse que o governo brasileiro está negociando com o Paraguai um novo acordo sobre o preço da energia de Itaipu.

— Nós queremos um bom contrato com o Paraguai, um bom acordo com o Paraguai. Estamos trabalhando neste sentido —disse ele.

De acordo com fontes do Itamaraty, o cancelamento da ata de maio foi uma decisão paraguaia, que o Brasil aceitou. Na quarta-feira, diante da ameaça de impeachment de Abdo Benítez, seu aliado, o presidente Bolsonaro, já havia admitido a possibilidade de revogar o acordo de maio. O cancelamento da ata conseguiu frear no Congresso do Paraguai, ao menos momentaneamente, a tentativa de impeachment de Abdo Benítez e seu vice, Hugo Velázquez, acusados pela oposição de traição à pátria. O opositor Partido Liberal, que na quarta-feira anunciara a decisão de iniciar o processo de impeachment, perdeu os votos necessários para vencer.

A anulação do documento também levou à suspensão de uma reunião hoje, em Brasília, na qual o chanceler paraguaio estaria presente.

Em pronunciamento à nação pela TV, logo após o cancelamento do acordo com o Brasil, o presidente paraguaio afirmou que "triunfou a democracia", em referência à decisão de deputados de seu partido, o Colorado, de não apoiarem o pedido de impeachment.

#### "CAUSA NACIONAL"

Sem mencionar detalhes da ata de 24 de maio, Abdo Benítez afirmou que "a renegociação de Itaipu é uma causa nacional", referindo-se ao processo previsto para 2023, quando a dívida de Itaipu estará paga e o Paraguai espera obter liberdade para negociar como quiser aparte da energia que lhe cabe, mas que não consome (hoje, essa energia tem que ser vendida à Eletrobras). O chefe de Estado informou que será criada uma comissão para assessorar o governo nas negociações com o Brasil, incluindo setores da oposição e acadêmicos.

— Não tenho outro interesse a não ser deixar um país melhor para os paraguaios — declarou o presidente, que pediu que "esta crise se transforme numa oportunidade".

O nome do presidente do Brasil não foi citado, como tampouco detalhes das negociações entre os dois países. O presidente admitiu "erros" e disse que diante deles seu governo será "drástico". O nome de seu vice, alvo de acusações de corrupção envolvendo Itaipu, foi evitado no discurso.

Segundo o secretário de Relações Internacionais da Frente Guazú, Ricardo Canese, especialista em energia, a ata revogada estabelecia que neste ano 89% da energia mais barata produzida por Itaipu (a energia excedente) seriam destinados ao Brasil. Até agora, o Paraguai recebia a maior parte dessa energia, apontou Canese, como determina o artigo XIII do tratado de 1973.

— Foi uma gravíssima violação do tratado e faria o Paraguai perder entre US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões —assegurou o especialista e membro do partido opositor liderado pelo ex-presidente Fernando Lugo (2008-2012). ( Colaboraram André Duchiade e Eliane Oliveira)

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** O Mundo

**Autor:**

**Título:** Limites

### Opinião do Globo

A CRISE no Paraguai deflagrada por um entendimento com o Brasil sobre preço da energia de Itaipu é bom teste para o governo Bolsonaro. O recuo no acordo rejeitado por forças políticas paraguaias, e que pôs em risco o mandato do presidente Mario Abdo Benítez, foi correto.

O PLANALTO tem de confiar na expertise do Itamaraty para manejar o problema. O presidente precisa evitar arroubos que lhe são típicos. O assunto é para profissionais.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** O Mundo

**Autor:** ELIANE OLIVEIRA BRASÍLIA

**Título:** Itamaraty alertou contra 'quebra de ordem democrática'

Governo brasileiro concordou com cancelamento da ata sobre Itaipu para evitar queda do presidente paraguaio, aliado de Bolsonaro

O Ministério das Relações Exteriores advertiu ontem contra a "quebra da ordem democrática" no Paraguai, mencionando a "inteira convergência" entre o presidente Jair Bolsonaro e seu colega paraguaio, Mario Abdo Benítez, ameaçado de impeachment por causa de um acordo com o Brasil no qual admitiu aumentar o preço pago pelos paraguaios pela energia da hidrelétrica binacional de Itaipu.

"Ao reiterar total respeito ao processo constitucional do Paraguai, o Brasil confia em que o processo seja conduzido sem quebra da ordem democrática, em respeito aos compromissos assumidos pelo Paraguai no âmbito da cláusula democrática do Mercosul —Protocolo de Ushuaia", diz o comunicado do Itamaraty, sugerindo que o país poderia ser suspenso do bloco em caso de impeachment.

Na nota—que segundo fontes do Itamaraty foi redigida pelo próprio chanceler Ernesto Araújo —o governo brasileiro ressalta o "excelente" relacionamento entre os presidentes e a "inteira convergência de valores" que existe entre os países vizinhos. Segundo a Chancelaria, tal relação é sem precedentes e se deve à "coincidência de visões estratégicas" entre os dois líderes na "promoção da democracia na região e à proteção dos direitos da família" (esta última menção é pouco usual em notas da diplomacia brasileira).

Segundo o Itamaraty, o governo brasileiro "está convencido" de que o líder do Paraguai tem "todas as condições" para continuar a governar. Em 2012, o então presidente de esquerda Fernando Lugo foi afastado num processo de impeachment que durou apenas 36 horas, após 17 pessoas morrerem durante a desocupação de uma área próxima à fronteira com o Brasil. Na ocasião, ele também foi acusado de nepotismo, má gestão das Forças Armadas e de ser brando no combate à violência.

O Brasil não se opôs à decisão unilateral do Paraguai de anular a ata sobre a contratação da potência de Itaipu no período 2019-2022, assinada em 24 de maio de 2019, por considerar que houve uma "emergência de ordem política". Porém, o governo brasileiro mantém a visão de que existe um desequilíbrio no intercâmbio energético entre os dois países e não abre mão da continuidade das negociações entre a estatal paraguaia Ande e a Eletrobras.

— Estamos pagando mais do que eles, isso é injusto, e nossa posição é de corrigir esse desequilíbrio —disse uma fonte do governo brasileiro, acrescentando que, se dependesse do Paraguai, o cancelamento seria de comum acordo com o Brasil, e não uma decisão unilateral.

Paralelamente, o governo brasileiro se apressou a evitar o que avaliava como o pior cenário: o impeachment de Abdo Benítez, aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro. Diante da gravidade da situação, o próprio Bolsonaro deu sinal verde para a suspensão da ata. (Colaborou Ana Rosa Aves)

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: O Mundo**

**Autor: JANAÍNA FIGUEIREDO**

**Título: Presidente do Paraguai sai enfraquecido da crise**

Sem o controle do Congresso, Mario Abdo Benítez escapou do perigo imediato do impeachment, mas dependerá agora muito mais de negociações políticas e do apoio de rivais em seu próprio Partido Colorado para governar

Entre quarta-feira e ontem, o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, recebeu três apoios cruciais que permitiram, por enquanto, sua sobrevivência no poder. Dois foram externos: dos governos do Brasil e dos Estados Unidos. O terceiro foi interno e determinante, provavelmente impulsionado pela pressão internacional: o da ala opositora dentro de seu próprio partido, o Colorado, liderada pelo ex-presidente Horacio Cartes.

Na noite da última quarta-feira, confirmaram fontes paraguaias, Cartes ordenou à sua tropa avançar com o pedido de julgamento político do chefe de Estado por suposta traição à pátria nas negociações com o Brasil, até semana passada secretas, sobre a administração da energia produzida pela hidrelétrica binacional de Itaipu. Ontem de manhã, o líder colorado recuou e salvou seu rival na guerra instalada dentro do maior, mais tradicional e poderoso partido do Paraguai.

Abdo Benítez escapou do impeachment, mas com menos de um ano de gestão deverá continuar à frente do Executivo profundamente enfraquecido e agora muito mais condicionado por seus opositores colorados.

## INIMIGOS EM PÚBLICO

O país já teve presidente destituído (Fernando Lugo, no poder entre 2008 e 2012), vice-presidente assassinado (o líder colorado Luis María Argana, em março de 1999) e uma das ditaduras mais longas da América Latina (a do também colorado Alfredo Stroessner, entre 1954 e 1989).

Abdo Benítez e Cartes são inimigos em público, embora o ex-presidente tenha apoiado a campanha de seu sucessor a contragosto. O atual presidente não tem o controle do Parlamento, dependia e agora dependerá muito mais de

negociações políticas, sobretudo com seu próprio partido, e ficou devendo um favor gigantesco a seu grande rival. No discurso de ontem ao país após cancelar a ata assinada com o Brasil, Abdo Benítez falou em grande acordo nacional, termo em que não se encaixa o atual cenário político paraguaio. Não existe acordo entre os colorados, como tampouco existe entre os liberais, principais opositores fora do partido governista.

As divisões partidárias são cada vez mais profundas, o que torna o desafio de governar o Paraguai muito mais difícil. O pedido de impeachment será mantido pela oposição liberal e alguns de seus aliados, mas, sem os votos de Cartes, parece destinado ao fracasso. O presidente do Partido Liberal, Efraín Alegre, reconheceu que a iniciativa perdeu força com a decisão de rivais colorados do presidente de respaldá-lo, mas afirmou que o restante da oposição apresentará o pedido, no máximo, hoje.

—A ata (anulada pelo Paraguai) afeta a livre disponibilidade de nossa energia, o preço que pagamos por essa energia, e nela não aparece o já famoso ponto 6, sobre nossa demanda de dispor da energia e poder vendê-la a preço de mercado no Brasil. E o pior de tudo é que esse ponto foi retirado a pedido de negociadores paraguaios —justificou o ex-candidato presidencial.

Mesmo admitindo que a possibilidade de impeachment foi enfraquecida com a anulação da ata a mando de Abdo Benítez, Alegre ainda acha que o caso não está encerrado:

— O impeachment está latente —diz ele. — A opinião pública perdeu a confiança no presidente. Itaipu é uma causa nacional, um assunto muito sensível para os paraguaios porque dele depende nosso desenvolvimento. Tem coisas que são inegociáveis.

## SEGUNDA CHANCE

O apoio eventual de Cartes e de seu grupo no Partido Colorado que não significa uma vitória contundente de Abdo Benítez. Apenas um respiro, uma segunda chance que seus adversários colorados decidiram lhe dar, ampliando seu próprio poder de influência no governo. O presidente escapou, mas agora deverá governar com maiores limitações e, portanto, ainda mais vulnerável.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** O Mundo

**Autor:** MANOEL VENTURA BRASÍLIA

**Título:** Brasil teve prejuízo de R\$ 1,5 bi, estima governo

Acerto com Paraguai anulado agora buscava corrigir regra que levava consumidor brasileiro a pagar mais por energia de Itaipu

O acordo anulado entre o Brasil e o Paraguai sobre a energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu, firmado em maio, buscava corrigir uma regra que deu um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão aos consumidores brasileiros, segundo fontes que acompanham as negociações. O valor foi calculado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

O montante foi pago pelos brasileiros por meio das contas de luz. A ata diplomática assinada entre os dois países, e que deflagrou uma grave crise política no Paraguai, previa corrigir essa distorção. Os brasileiros passariam a pagar menos, até 2022, pela energia gerada na usina. A diferença seria compensada pelo Paraguai.

Por isso, a tendência era de a tarifa de energia subir no país vizinho —pois mais de 90% da eletricidade consumida por lá vêm da usina. Mesmo com o acordo, porém, o valor da tarifa paga pelo uso da energia no Brasil continuaria maior que o desembolsado pelos paraguaios.

#### ENERGIA 50% MAIS CARA

O Brasil sempre pagou mais que o país vizinho pela energia de Itaipu, mesmo com os dois países dividindo a administração e a eletricidade gerada pela usina. Isso ocorre porque o Paraguai fica com a maior parte da energia excedente, que é livre do pagamento dos juros para financiar a usina.

Em 2018, o Brasil pagou, em média, US\$38,72 por megawatt-hora (MWh) gerado em Itaipu, enquanto para o Paraguai esse custo saiu a US\$ 24,60 MWh, segundo dados da administração da usina.

Além disso, o Paraguai, historicamente, declara uma estimativa de consumo de energia inferior à realmente verificada. Nos últimos quatro anos, porém, a distorção ficou muito maior, e o país vem declarando ter usado muito menos energia do que de fato consome. Essa diferença é paga pelo Brasil, e chega a R\$ 1,5 bilhão ao longo de alguns anos.

A hidrelétrica de Itaipu tem tarifa de custo, diferentemente do modelo adotado por outras usinas nacionais. Ou seja, todo o custo da hidrelétrica, de geração de energia, royalties e obras sociais é pago pelos consumidores por meio das contas de luz.

Não há prejuízo nem lucro para as empresas (Eletrobras pelo Brasil e Ande do lado Paraguai). Dessa forma, quando o Paraguai declara menos, quem paga a

conta é o consumidor brasileiro. É essa distorção que o acordo firmado em maio tentava resolver.

— Não há espaço para falar em prejuízo do Paraguai em Itaipu. Ao contrário, se há desequilíbrio, ele é em desfavor do consumidor brasileiro —disse Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace) e ex-conselheiro de Itaipu.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Míriam Leitão**

**Título: TENSÃO NA FRONTEIRA**

O acordo que equilibrava a divisão da energia de Itaipu foi anulado, mas a crise política continua no Paraguai. O presidente Mario Abdo sofre pressões do parlamento, e o governo brasileiro pediu que não haja "quebra da ordem democrática". O Brasil quer que o Paraguai pague mais pela energia, mas uma alta abrupta da inflação por lá atrapalhará o ritmo forte de crescimento do Paraguai, que avançou em média 4,5% ao ano na última década e meia. Até 2023, o tratado de Itaipu será revisto. Uma crise duradoura atrasaria a confirmação do acordo de livre comércio com a União Europeia, que precisa ser aprovado por todos os países envolvidos.

#### ALEM DA ENERGIA

A energia barata de Itaipu é um atrativo da economia paraguaia, mas não é o único diferencial competitivo. Cláudio Gomes, diretor do Centro Empresarial Brasil-Paraguai, auxiliou 30 empresas brasileiras a se instalarem do lado de lá da fronteira. Ele conta que os encargos são menores. As companhias que exportam toda a produção pagam um imposto ínfimo e a logística também melhorou. A burocracia é menor que no Brasil. "O empresário que se instala no Paraguai é o que busca internacionalizar sua empresa. É mais fácil e barato exportar e importar". A industrialização por lá é recente. Mais de 40% do PIB vem da agropecuária, conta Manoel Ferreira, da consultoria MF, de Assunção.

#### CUSTO PARAGUAIO

Na visão da indústria brasileira, o avanço do PIB paraguaio contou com a ajuda dessa energia barata de Itaipu, que é em parte subsidiada pelo consumidor deste lado da fronteira. "É um paradoxo que a indústria brasileira, que não cresce há oito anos, subsidie a indústria paraguaia, cujos produtos competem no mercado brasileiro. Esse custo funciona, na verdade, como um encargo de

política externa", diz Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, a associação de grandes consumidores de energia.

A colunista está de férias.

**VEÍCULO: Correio Braziliense**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Negócios**

**Autor: Amauri Segalla**

**Título: Liberação de dinheiro da Eletrobras traz recursos para a economia**

## **Mercado S/A**

Uma decisão da Justiça pode representar mais injeção de recursos para a economia brasileira. Em junho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) destravou o dinheiro do empréstimo compulsório da Eletrobras que estava sub judice. O STJ decidiu que os valores devidos pela empresa dos empréstimos compulsórios sobre consumo de energia elétrica — não convertidos em ações — devem ser acrescidos de juros remuneratórios de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento. Segundo especialistas, a decisão, que seguiu entendimento de 2009, é um sinal importante da segurança jurídica do país. Instituído em 1962 com a criação da Eletrobras, o empréstimo compulsório foi cobrado até 1994, data em que foi extinto. “O pagamento aos credores é um demonstrativo de confiança que legitima o processo de privatização da Eletrobras e poderá atrair mais investimentos para o país”, afirma José Thompson, da consultoria Duff&Phelps.

**VEÍCULO: Correio Braziliense**

**Data: 02/08/2019**

**Seção: Negócios**

**Autor: Simone Kafruni**

**Título: Petrobras tem lucro recorde**

A Petrobras teve lucro líquido de R\$ 18,9 bilhões no segundo trimestre deste ano, uma alta de 87% na comparação com o mesmo período de 2018 e um recorde histórico. O desempenho foi puxado pela venda da Transportadora Associada de Gás (TAG). Em relação aos primeiros três meses deste ano, quando a estatal teve lucro de R\$ 4,031 bilhões, o aumento foi de 368%. A companhia divulgou seu balanço financeiro na noite de ontem.

No documento, a petroleira avaliou o desempenho financeiro como bom, mas ressaltou que os números foram beneficiados “por fatores externos, como preços do petróleo, taxa de câmbio e por eventos não recorrentes, como desinvestimento de ativos”. O lucro líquido contábil, excluídos os fatores não recorrentes, foi de R\$ 5,2 bilhões e o fluxo de caixa operacional chegou a R\$ 20,5 bilhões.

A TAG também influenciou o resultado das receitas e despesas operacionais. No segundo trimestre, a receita operacional totalizou R\$ 8,6 bilhões, contra a despesa de R\$ 11,3 bilhões nos três meses anteriores. Segundo a Petrobras, “esse resultado reflete o ganho de capital de R\$ 21,4 bilhões com a venda da TAG, além da menor provisão para perdas com processos judiciais (R\$ 514 milhões), e ganho com ressarcimento de R\$ 309 milhões da Operação Lava-Jato”.

Na mensagem que acompanha o balanço, o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, informou que a dívida bruta mantém-se em patamar elevado, de US\$ 101,0 bilhões. “A Petrobras se defronta ainda com alavancagem financeira excessiva para uma companhia produtora de commodities e, portanto, exposta à volatilidade de preços e consequentemente de fluxo de caixa. Os encargos financeiros ainda consomem cerca de 40% do caixa operacional, o que evidencia a necessidade de desinvestimentos para a redução do endividamento.”

### **Volume de caixa**

Por outro lado, a companhia encerrou o trimestre com uma dívida líquida de US\$ 83,7 bilhões, o que evidenciou um volume de caixa excessivo, de US\$ 17,4 bilhões, em 30 de junho. “Isso se deveu ao fato dos recursos originados pela venda da TAG terem sido recebidos nos últimos dias de junho. Com efeito, trata-se apenas de uma fotografia em determinado dia e o excesso de caixa está sendo utilizado, sendo nosso objetivo manter um caixa de US\$ 6,6 bilhões”, informou o presidente. Segundo ele, a dívida deve cair no terceiro trimestre.

Os investimentos totalizaram US\$ 2,6 bilhões, sendo 82% em atividades de exploração e produção. “Em benefício da transparência e da eficiência da alocação de capital, revisamos os investimentos de 2019 de US\$ 16 bilhões para o intervalo de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões”, disse.

A receita de vendas da empresa no segundo trimestre foi de R\$ 72 bilhões, um resultado 2,4% maior que os três meses anteriores. Além disso, o resultado de fatores como um volume maior de vendas de diesel e gás de cozinha (GLP) no Brasil e ganhos maiores com exportações por causa dos preços das commodities

também influenciaram. “Estes resultados positivos foram parcialmente compensados pela redução das vendas das unidades internacionais (R\$ 2,3 bilhões) e pela redução na receita de vendas com energia elétrica (R\$ 1,2 bilhão), refletindo a diminuição dos preços em função da melhora das condições hidrológicas”, informou.

Os desinvestimentos somaram US\$ 15 bilhões até o fim de julho, com destaque para as transações da TAG, da BR Distribuidora, primeira privatização via mercado de capitais na história do Brasil, e de campos maduros de petróleo. “Ficamos ainda com 37,5% do capital da BR que, no futuro, temos a intenção de vender parcial ou totalmente”, ressaltou.

As ações da companhia fecharam em baixa antes da divulgação do resultado. As ordinárias tiveram queda de 1,53% e as preferenciais recuaram 1,84%, impactadas pela forte queda dos contratos futuros de petróleo, de quase 7%.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 02/08/2019

**Seção:** Negócios

**Autor:** Simone Kafruni

**Título:** Modelo para Eletrobras é aprovado

O presidente Jair Bolsonaro aprovou o modelo de privatização da Eletrobras. O anúncio foi feito ontem pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, por meio de um comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no qual informa que o presidente concordou com desestatização da companhia por meio de uma capitalização que diluirá a participação da União, com a consequente perda do controle.

Antes do comunicado, as ações da Eletrobras dispararam após reunião do governo para discutir privatização. Os papéis ordinários subiram 6,91%, cotados em R\$ 42,11, e as preferenciais tiveram alta de 5,68%, precificadas a R\$ 41,85. No ano, a valorização desses ativos já acumula alta de 73% e 51%, respectivamente. A euforia do mercado refletiu o avanço das tratativas para diluir a participação da União na estatal.

Ontem, os ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Economia, Paulo Guedes, convidaram o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., para o encontro com Bolsonaro. Ao apresentar os resultados dos 200 dias da pasta, em meados de julho, Albuquerque anunciou que pretendia apresentar o modelo para desestatização da Eletrobras ao presidente e só aguardava um espaço na agenda presidencial. No entanto, o ministro não revelou qual a modelagem, apesar de confirmar que seria via capitalização da companhia, como foi

aventado no governo anterior.

A surpresa ficou por conta do convite ao presidente da Eletrobras, em uma carta na qual afirmou “que a efetivação e a definição das condições da desestatização dependerão do envolvimento dos poderes Executivo e Legislativo”. Isso porque uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a privatização de holdings, caso da Eletrobras, precisa passar pelo Congresso.

Se o modelo receber o aval do presidente Bolsonaro, o governo fará um projeto de lei para enviar ao Congresso. A ideia é que a União perca o controle acionário da empresa ao diminuir a participação dos atuais 60% para menos de 50%. Nem Eletrobras nem o Ministério de Minas e Energia comentam o resultado da reunião, mas confirmam o encontro.

O Orçamento deste ano conta com uma receita de R\$ 12 bilhões que seria obtida com a venda da Eletrobras. Mas o valor pode ser maior, sobretudo após a valorização da companhia, que é responsável por quase um terço da capacidade de geração e metade da rede de transmissão de energia do Brasil. Com a diluição das ações da União e a capitalização, o governo quer evitar a concentração do controle da companhia.(SK)

**MME / ASCOM .**